2159
TEXTO PARA DISCUSSÃO

A GRAMÁTICA DA MORADIA NO COMPLEXO DO ALEMÃO: HISTÓRIA, DOCUMENTOS E NARRATIVAS

Patrícia Brandão Couto
Rute Imanishi Rodrigues

ipea

2159
TEXTO PARA DISCUSSÃO
Brasília, novembro de 2015

A GRAMÁTICA DA MORADIA NO COMPLEXO DO ALEMÃO: HISTÓRIA, DOCUMENTOS E NARRATIVAS[1]

Patrícia Brandão Couto[2]
Rute Imanishi Rodrigues[3]

1. Participaram desta pesquisa como assistentes de trabalho de campo Marcos Rey Matto e Helcimar Lopes; e como assistente de pesquisa Flavia Medeiros. Esta pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), pelo Auxílio à Pesquisa (APQ1).

2. Pesquisadora associada do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro).
3. Técnica de planejamento e pesquisa do Ipea.

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministro Nelson Barbosa

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Jessé José Freire de Souza

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Alexandre dos Santos Cunha

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Roberto Dutra Torres Junior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Marco Aurélio Costa

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
André Bojikian Calixtre

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Brand Arenari

Chefe de Gabinete
José Eduardo Elias Romão

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2015

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: R21; R23; Z1

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 METODOLOGIA 8

3 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E DAS PROPRIEDADES 11

4 A GÊNESE DAS FAVELAS DO COMPLEXO DO ALEMÃO:
ROÇAS E ALUGUEL DE CHÃO 15

5 OCUPAÇÕES CONSENTIDAS 22

6 INVASÃO COLETIVA 29

7 VENDAS DE "CAVA DE TERRA" PELAS ASSOCIAÇÕES 34

8 MÚLTIPLAS CONFIGURAÇÕES DA FORMA DE MORADIA 36

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS 43

REFERÊNCIAS 45

SINOPSE

Este texto tem por objetivo discutir as formas de ler e descrever os distintos modos de fixação e moradia, na evolução do processo de ocupação da área administrativamente reconhecida como Complexo do Alemão. Esta área corresponde a um conjunto de favelas com cerca de 70 mil habitantes, localizado na zona norte do Rio de Janeiro, segundo dados do Censo 2010 (IBGE, 2010).[1] O repertório etnográfico que será apresentado neste estudo constituiu-se a partir da memória e perspectiva dos moradores mais antigos dessas comunidades. O propósito desta pesquisa é recuperar os processos históricos que formaram e consolidaram as favelas dessa área, tomando como eixo central de abordagem o histórico fundiário da região e as memórias e experiências de sujeitos sociais que participaram e testemunharam a constituição desse território.

Palavras-chave: Complexo do Alemão; memória social; história das favelas; estudos urbanos; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The *Complexo do Alemão*, as a place in Rio de Janeiro city, only acquired nominal, administrative and symbolic existence, from 1993, when it was recognized as a neighborhood. However, for its inhabitants, the particularities of the places that compound that administrative place, remain routed on the vast landscape of *Serra da Misericórdia*, that gathers the favelas of *Morro do Alemão*, *Grota* or *Joaquim de Queiróz*, *Nova Brasília*, *Reservatório de Ramos*, *Parque Alvorada*, *Fazendinha*, *Morro das Palmeiras*, *Casinhas*, *Canitar*, *Pedra do Sapo*, *Mineiros*, *Matinha*, *Morro do Adeus* e *Morro da Baiana*, bordering the neighborhoods of *Ramos*, *Olaria*, *Higienópolis*, *Bonsucesso* and *Inhaúma*.

Although we are not ignoring the symbolic representation of this area considering its connection to urban violence, this work aims to get back in time and shad some light on peculiarities of the evolution of the ways of stablishing residence on the first settling spots on the region. A previous study on the land history for that large region oriented the field job performed during the year of 2012, in favelas of *Morro*

1. É necessário esclarecer que existem algumas controvérsias quanto à identificação das áreas pertinentes ao Complexo. Neste texto, optou-se por utilizar o mapa fornecido pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) e a nomenclatura das localidades identificada pelos moradores durante o trabalho de campo.

do Alemão, *Grota* or *Joaquim de Queiróz*, *Nova Brasília*, *Reservatório de Ramos*, *Parque Alvorada*, *Mineiros* e *Fazendinha*. The aim of the research, based on testimonies of the oldest local people, was to identify the different ways of stablishing residence that explain the settling of those places within the years 1920's and 1970's.

We identify distinctive definitions for the usage and occupation of land that sprang out of the relations between the land owners and the residents, or their associations, such as: soil renting, allowed occupation, collective invasion, selling of leveled land by neighborhoods associations. We verified also other ways of stablishing residence that derivate from actions between "diffuse actors" and the residents as: invasion to sell ("*faveleiro*"), squatting and informal selling of land, rent of houses without identification of the owner or the. Renting and selling houses or lots were observed as usual practices in all the localities studied.

The ethnographic analysis of the accounts presented throughout the text allow the redimensioning of the actual participation and responsibility of both the private sector – in that case represented by local landowners who disseminated and perpetrated the practice of soil renting – and the State – institutionally represented by *IAPC* and its officers, who distributed land based on personal preference. Therefore, the origin of these slums is not the result of "invasions". On the contrary, the invasions that actually happened, according to the narratives, were the result of other and previous situations, which we intend to demonstrate.

Keywords: Complexo do Alemão; social memory; favela's history; urban studies; Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo discutir as formas de ler e descrever os distintos modos de fixação de moradia na evolução do processo de ocupação da área administrativamente reconhecida como Complexo do Alemão. Esta área corresponde a um conjunto de favelas com cerca de 70 mil habitantes, localizado na zona norte do Rio de Janeiro, segundo dados do Censo 2010 (IBGE, 2010). O repertório etnográfico que será apresentado neste estudo constituiu-se a partir da memória e perspectiva dos moradores mais antigos dessas comunidades. O propósito desta pesquisa é recuperar os processos históricos que formaram e consolidaram as favelas dessa área, tomando como eixo central de abordagem o histórico fundiário da região, as memórias e experiências de sujeitos sociais que participaram e testemunharam a constituição desse território.

Para que possamos compreender as cidades como lugares e os lugares dentro delas, é preciso estar atento à história urbana, uma vez que os indivíduos transformam constantemente os espaços em lugares, quando se apegam a eles por meio de suas experiências e memórias, portanto, quando lhes atribuem particularidades (Briggs, 1972). O *Complexo do Alemão*, como um lugar da cidade do Rio de Janeiro, só adquiriu existência nominal, administrativa e simbólica, a partir de 1993, quando foi oficializado como bairro. No entanto, para seus habitantes, as particularidades dos lugares que compõem este conjunto administrativo, permanecem arraigadas na vasta paisagem que reúne junto a Serra da Misericórdia as favelas do Morro do Alemão, Grota ou Joaquim de Queiroz, Nova Brasília, Reservatório de Ramos, Parque Alvorada, Fazendinha, Morro das Palmeiras, Casinhas, Canitar, Pedra do Sapo, Mineiros, Matinha, Morro do Adeus e Morro da Baiana; e tem por zonas fronteiriças os bairros de Ramos, Olaria, Higienópolis, Bonsucesso e Inhaúma.

No que tange à representação simbólica dessa área para a exterioridade dos demais habitantes da cidade do Rio de Janeiro, o Brasil e quiçá mundo, sua significação como lugar próximo, distante ou estranho, está impregnada dos significados de miséria e violência urbana. No imaginário social, o Complexo do Alemão costuma ser vinculado à criminalidade, à pobreza, à falta e à negação. Incômodo porque vizinho, distante, porque à margem, este lugar entrou na mira dos holofotes e ganhou uma visibilidade alegórica quando o Exército Nacional ocupou seu *território* em 2010, e lá permaneceu por cerca de dois anos, como etapa prévia ao estabelecimento das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs).

Sem ignorar a representação simbólica do Complexo do Alemão em sua relação com a violência urbana, este trabalho retrocede na linha do tempo e ilumina as particularidades relativas à evolução dos modos de fixação e acesso à moradia, nos primeiros focos de povoamento da região. Pela pesquisa de campo, identificamos no repertório dos moradores diferentes nomenclaturas para explicar o povoamento das diversas localidades do Complexo, entre as décadas de 1920 e 1970, com ênfase para as áreas de campo por nós investigadas. O léxico de expressões deste repertório é uma tentativa de fundir o "ponto de vista nativo" (Geertz, 2003) com possíveis "formas de classificação" (Durkheim e Mauss, 1901-1902) vinculadas às propriedades e aos espaços físicos aos quais se referiam.

Nesse sentido, identificamos definições distintas para a fixação de moradia que derivaram das relações entre os proprietários das terras e os moradores, ou suas associações, tais como: *aluguel de chão; ocupação consentida; invasão coletiva; venda de cavas de terra por associações de moradores*. Identificamos também, outras formas de fixação que derivaram das relações de *atores difusos* com os moradores, tais como: *invasão para venda ("faveleiro"); loteamento e venda informal; cobrança de aluguel das benfeitorias sem identificação do proprietário ou posseiro*. Com respeito às relações entre moradores, constatamos que o aluguel e a compra e/ou venda de benfeitorias ou posses foram observados como práticas comuns em todas as localidades.

As formas de fixação de moradia no Complexo do Alemão citadas anteriormente não esgotam as modalidades que foram reveladas nas narrativas dos moradores. Tampouco a periodização que será apresentada neste estudo evoluiu linearmente. Pelo contrário, observamos a sobreposição de diferentes modos de fixação ao longo do tempo. A periodização apresentada, portanto, deve ser vista como uma forma *predominante*, e não exclusiva, em determinada área e/ou período.

2 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, adotamos metodologias compostas que compreendem estudos documentais em fontes diversas e o trabalho de campo em perspectiva etnográfica, de modo a estabelecer uma relação complementar entre a documentação que fundamenta o histórico fundiário da área em questão e as memórias e vivências de seus habitantes.

Sem a pretensão de obter uma cartografia rigorosa das propriedades da área, porém com o objetivo de reconstruir as linhas gerais da história das propriedades e o surgimento de favelas, realizamos uma extensa pesquisa documental que reuniu plantas das antigas propriedades, documentos cartoriais, plantas cadastrais, fotografias aéreas antigas da região, projetos de loteamento, reportagens de jornais antigos, iconografias de acervos e arquivos da cidade que, fundamentados em pesquisa bibliográfica prévia, possibilitaram a recomposição do histórico fundiário de parte desta grande área.[1]

Mediante a evidente ausência da história escrita, "do ponto de vista nativo" (Geertz, 2003), e considerada a importância deste conteúdo, bem como os possíveis hiatos de compreensão na documentação reunida, recorremos à memória social local, inventariada pela pesquisa de campo. Ao longo de 2012, realizamos sete meses de trabalho de campo,[2] nos quais, por meio de entrevistas abertas, reunimos depoimentos de oitenta moradores, residentes das comunidades do Morro do Alemão, Grota, Mineiros, Nova Brasília, Reservatório, Alvorada e Itararé.

A antiguidade e o extenso período de fixação nos primeiros focos de *ocupação* na região do atual complexo foi o critério essencial para a seleção dos colaboradores. A expressão *ocupação* é aqui adotada no sentido de povoamento em suas diferentes formas de fixação de moradia. Este esclarecimento é necessário, posto que, ao longo da pesquisa, observamos que esta expressão adquire diferentes sentidos, quando mencionada por distintos segmentos de moradores. Esta expressão pode ser utilizada para citar a presença do Exército e a instalação das UPPs nesta região administrativa a partir de 2010; para substituir, por opção política, a expressão *invasão,* neutralizando, deste modo, interpretações pejorativas aos movimentos sociais por moradia. No entanto, quando se retrocede no processo de povoamento das favelas do Complexo aos anos 1940 e 1950, a expressão surge no repertório dos moradores para identificar os processos de fixação de moradia que ocorreram em terras do estado por autorização e consentimento informal de seus representantes reais ou supostos. Estas variações de sentido e representação serão identificadas ao longo deste texto.

1. Para uma descrição detalhada desta pesquisa, ver Ipea (2013).
2. A equipe de campo constituiu-se de uma antropóloga, um assistente de pesquisa local para as duas fases da pesquisa e uma assistente de pesquisa para a compilação dos dados quantitativos.

Também foram levados em conta na abordagem, a importância ou reconhecimento social local e a atuação de antigas e novas lideranças comunitárias. Com relação à faixa etária, 78% dos entrevistados tinham mais de 70 anos, estando o mais velho dos entrevistados com 94 anos e o mais novo com 42 anos. Como procuramos privilegiar o tempo de moradia na região do Complexo, 13% viviam há mais de setenta anos na região; 18% encontravam-se fixados na área há mais de sessenta anos e 42%, há mais de cinquenta anos. A distribuição entre homens e mulheres deu-se de forma equivalente, muito embora não tenhamos privilegiado este critério neste estudo.

Com relação às décadas de maior índice migratório entre os entrevistados, constatamos que 13% migraram na década de 1930; 20% na década de 1940; 54% na década de 1950; e 13% nos anos 1960. Dos oitenta entrevistados, somente doze pessoas nasceram no Complexo do Alemão. Na identificação da migração por estados e regiões do país, predominaram mineiros da zona da mata, e fluminenses do norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, quando o trem foi apontado como o meio de transporte predominante para a migração. Os nordestinos passaram a se fixar na região a partir de meados dos anos 1950 em diante, adotando como meio de transporte mais frequente os navios e os caminhões, estes últimos mais conhecidos como "paus de arara".

Entre as razões alegadas para a migração, os entrevistados, em sua grande maioria de origem rural, identificaram a busca por melhores oportunidades de trabalho, vinculada à migração do núcleo familiar e relações de parentesco referenciais para o estabelecimento na cidade do Rio de Janeiro, como motivações essenciais do processo migratório. A escolha da região do Complexo do Alemão como área de fixação inicial dos imigrantes se deu na maioria das vezes pelo acolhimento por parentes residentes ou pela referência de conterrâneos aí fixados.

O quadro de profissões, no qual procuramos identificar as qualificações por setor de trabalho dos colaboradores, apresentou uma gama variada de *serviços gerais*, que incluíam pedreiros, pintores, bombeiros, eletricistas, carpinteiros e manobreiros de água; *atividades comunitárias*, cujo leque de pertencimento engloba pastores, mães de santo, policiais, funcionários de organização não governamental (ONG) e associações locais; comerciantes formais e informais, operários de indústrias da região; e *atividades do lar*, que na maioria das situações observadas inclui serviços complementares à renda familiar no ambiente doméstico, como lavagem e passagem de roupa para fora, faxinas, costuras e artesanatos.

3 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E DAS PROPRIEDADES

O Complexo do Alemão é um bairro situado na Serra da Misericórdia, na zona norte do município do Rio de Janeiro, e abrange uma área de 296 hectares.[3] Nesta porção, a Serra da Misericórdia é seccionada por um extenso vale, formando dois maciços montanhosos. Uma destas montanhas é reconhecida desde a década de 1940 como *Morro do Alemão* e alcança a altura de 150 metros. A outra montanha, na sua parte alta, é conhecida localmente por *Alvorada*, e o vale entre as duas como a *Grota*. O morro do Alemão separa o Complexo de mesmo nome do conjunto de favelas conhecido como *Complexo da Penha*, que se desenvolve do outro lado do morro até os pés da Igreja da Penha.

As favelas do Complexo do Alemão são representadas cartograficamente pela prefeitura como doze comunidades – nomeadas com letras de cor preta, na figura 1. As referências geográficas dos moradores que colaboraram com a nossa pesquisa, entretanto, distinguem um número maior de "localidades" dentro do Complexo –nomeadas com letras de cor marrom, na figura 1.[4]

A ocupação dessa extensa porção da Serra da Misericórdia por favelas originou-se de núcleos iniciais de casebres que, na década de 1920, foram identificados nas plantas da cidade. A planta cadastral de 1922 revela que a Serra da Misericórdia, até aquele momento, era coberta por mata rala ou densa com alguns pomares cultivados em seus vales. Não obstante, dois loteamentos urbanos estavam em desenvolvimento. Do lado de Olaria, algumas ruas haviam sido abertas aos pés do morro, em direção ao topo, no local que posteriormente seria conhecido como Morro do Alemão. Do lado de Inhaúma, um loteamento feito pela firma *A Propriedade S.A.* havia aberto caminhos e ruas que hoje dão acesso à Rua Canitar e a favela Fazendinha. Nas demais áreas do Complexo, até a década de 1920, existiam casas esparsas, algumas de pau-a-pique, nos caminhos que cortavam as fazendas da região, como a Rua Joaquim de Queiróz – então *Caminho do Capitão* – e a Rua Antônio Austregésilo – então Travessa Campos da Paz –, segundo informações das escrituras de terras.

3. Essa área territorial refere-se ao bairro e à região administrativa do Complexo do Alemão e inclui a parte não considerada favela pela prefeitura, que é composta de quadras regulares, bem como de alguns loteamentos irregulares.
4. É necessário esclarecer que existem algumas controvérsias quanto à identificação das áreas pertinentes ao Complexo do Alemão. De nossa parte, optamos por utilizar o mapa fornecido pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos e a nomenclatura das localidades identificadas pelos moradores durante o trabalho de campo.

A figura 2 corresponde à área do Complexo do Alemão, com as delimitações das fazendas cujas plantas foram registradas nos órgãos da prefeitura entre, aproximadamente, *1910 e 1940*. Note-se que a faixa da linha de transmissão da Light divide o Complexo em duas partes – leste e oeste.[5] *Neste artigo trataremos do histórico fundiário e das formas de fixação de moradia pela população na parte leste do Complexo*, pois de acordo com a nossa pesquisa, as favelas mais antigas surgiram na parte leste, que faz divisa com os bairros de Olaria e Ramos, entre as décadas de 1940 e 1950, exceto os *morros isolados* – Baiana e Adeus/Piancó. Na parte oeste do Complexo, a ocupação iniciou-se em um loteamento – *A Propriedade S.A* – e manteve-se praticamente restrita ao loteamento até meados da década de 1970. Datamos o surgimento das favelas pela análise de fotografias aéreas da região e das plantas da cidade, comparando as imagens de 1928, 1935, 1952/1954 e 1975, além dos depoimentos dos moradores antigos.[6]

Como pode ser observado na figura 2, a parte leste do Complexo corresponde principalmente a três propriedades, respectivamente de: *i)* Joaquim Leandro da Motta; *ii)* Martinho José Correia da Veiga – fazenda Camarinha; e *iii)* Domingos Fernandes Lopes. Ao longo deste texto, abordaremos as áreas correspondentes a estas três propriedades originais.

As terras de Joaquim Leandro da Motta compreendiam uma área aproximadamente 87 hectares e, na década de 1910, foi parcelada em glebas. A parte plana da propriedade, do lado de Olaria, foi loteada pelo proprietário e, já urbanizada, transformou-se na *Vila Motta* (área 1b, na figura 2). Ainda em Olaria, mas na encosta do morro, duas glebas menores, totalizando cerca de 7 hectares, foram vendidas entre 1910 e 1914 ao polonês radicado no Brasil, Leonard Kacsmarkiewcz, que ali também iniciou um loteamento, porém sem infraestrutura urbana (área 1a, na figura 2). O restante da fazenda, no interior do atual Complexo do Alemão, permaneceu sem projeto de loteamento e como propriedade dos herdeiros de Joaquim Leandro da Motta, embora a área seja ocupada por favelas desde a década de 1950 (área 1, na figura 2).[7]

5. A faixa de terra da linha de transmissão foi comprada pela Light em 1937.
6. Para detalhes do histórico fundiário da região, ver Ipea (2013).
7. Plantas de Joaquim Leandro da Motta: 1913 (PLT 2140994), 1945 (PLT 214113859). Plantas de Leonard Kacsmarkiewcz: PLT 214114858 e PLT 214114732.

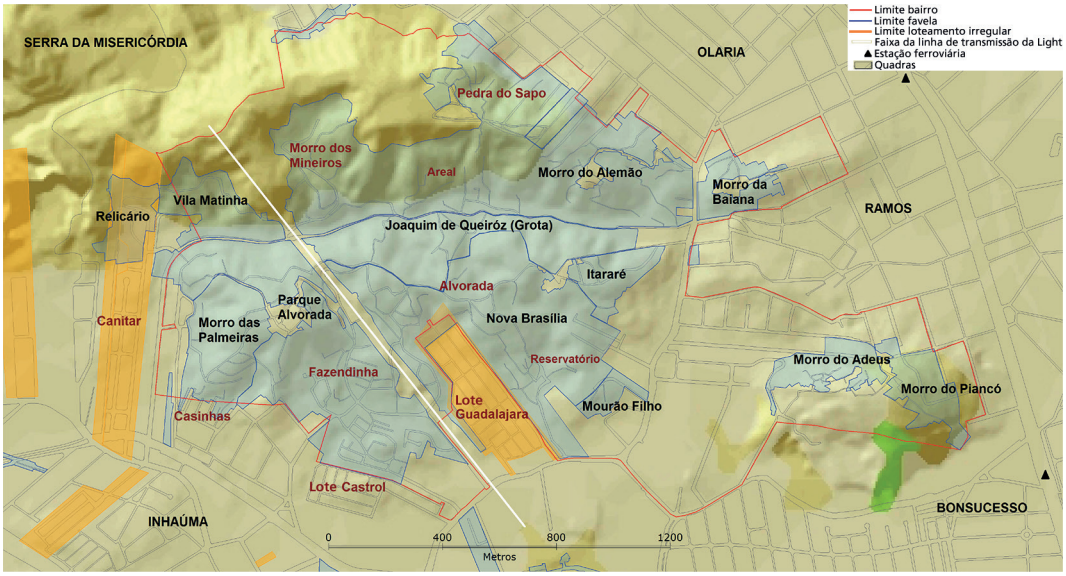
A fazenda de Joaquim Leandro da Motta confrontava com a fazenda *Camarinha*, de propriedade de Martinho José Correia da Veiga.[8] Em 1936, esta última foi parcelada em glebas e dividida entre nove herdeiros de Martinho José. Esta fazenda ocupava cerca de 70 hectares, como mostra a figura 2. Em 1941, três oitavos da fazenda Camarinha, totalizando cerca de 25 hectares de terras, foram vendidos por herdeiros de Martinho Correia da Veiga ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC), como mostra a figura 3. Em 1971, foi construído um conjunto habitacional, pela Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (Cohab-GB), em um lote do IAPC e, posteriormente, os demais lotes desse instituto – que passaram para o patrimônio do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas) – foram transferidos para a prefeitura.

Entre as décadas de 1940 e 1970, a maioria das glebas restantes da Fazenda Camarinha foi vendida para empresas industriais, pessoas físicas e até mesmo para uma associação de moradores (Ipea, 2013). Uma gleba da antiga fazenda foi anexada a um terreno vizinho, dando origem ao loteamento *Guadalajara*. Em parte das áreas vendidas, instalaram-se indústrias, como a Marialva, a Tuffy Habib e a Poesi.[9] A partir da década de 1970, houve desapropriação pelo governo de alguns lotes anteriormente vendidos às indústrias, que então foram incorporados à área de favelas ou utilizados para a construção de equipamentos urbanos e conjuntos habitacionais. Ainda assim, algumas glebas da antiga fazenda permaneceram em nome dos antigos proprietários da família Veiga, embora sejam ocupados por favelas desde a década de 1950.

Ainda na parte leste do Complexo, há um terreno que, de acordo com o Projeto Aprovado de Loteamento (PAL), seria de propriedade de Domingos Fernandes Lopes, mas para o qual não foi possível encontrar a escritura ou o registro de propriedade cartorial. Uma pequena parte da fazenda de propriedade do Instituto Brasileiro de Microbiologia – comprada da família Campos da Paz, em 1928 – também pertence à parte leste do Complexo. Porém, o processo de ocupação desta propriedade está relacionado ao desenvolvimento da parte oeste, que não é objeto deste trabalho.

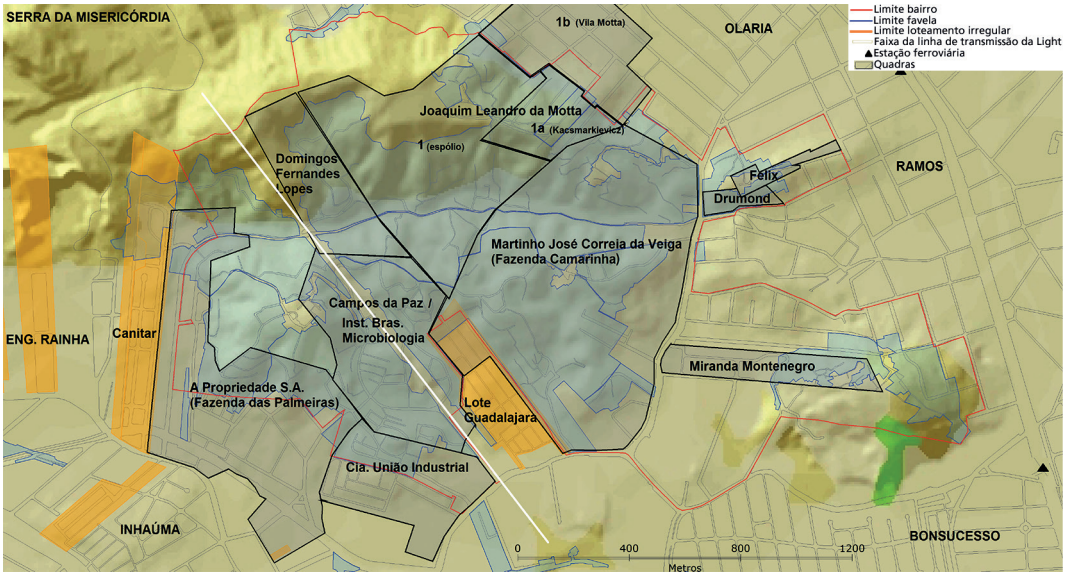
8. PLT 2151270, de 1925.
9. Apenas a fábrica Marialva permanece ativa.

FIGURA 1
Favelas e localidades do Complexo do Alemão



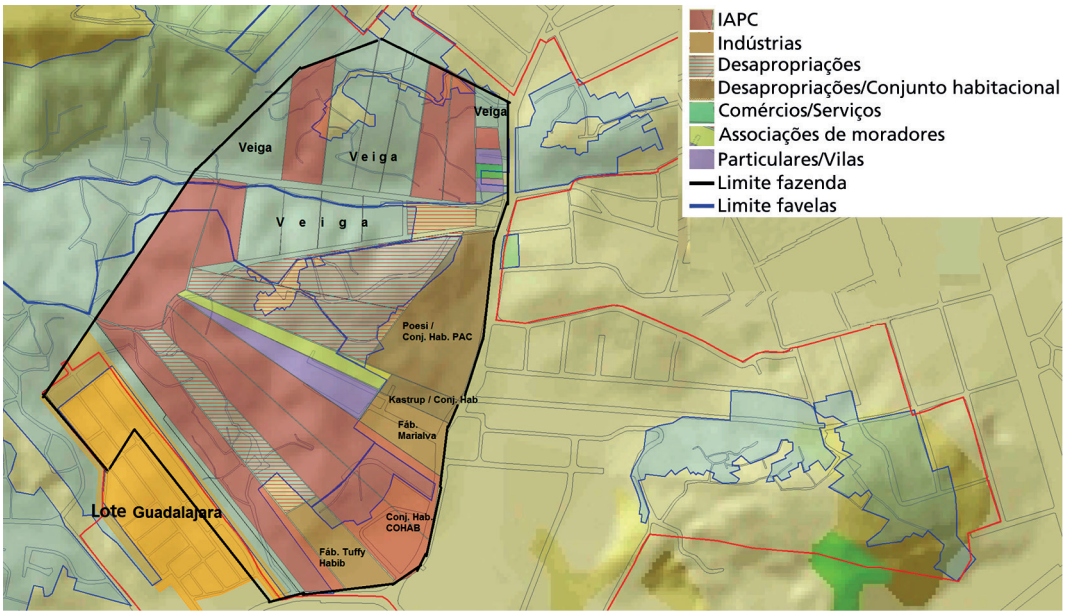
Fonte: IPP ([s.d.]), Ipea (2013).
Elaboração das autoras.

FIGURA 2
Plantas e projetos de loteamento existentes no Complexo do Alemão (1910-1940)



Fonte: IPP ([s.d.]), SMH/PCRJ – Gerência de Terras e Reassentamentos e Ipea (2013).
Elaboração das autoras.

FIGURA 3
Fazenda Camarinha: áreas vendidas, desapropriadas e terrenos remanescentes da família Veiga



Fonte: IPP ([s.d.]), SMH/PCRJ – Gerência de Terras e Reassentamentos e Ipea (2013).
Elaboração das autoras.

4 A GÊNESE DAS FAVELAS DO COMPLEXO DO ALEMÃO: ROÇAS E ALUGUEL DE CHÃO

Desde a década de 1920, havia uma população rarefeita, formada por pequenos produtores rurais nas fazendas de Joaquim Leandro da Motta e Camarinha, que ali cultivavam roças e criavam animais. No mesmo período, estava se formando um núcleo de casebres de feições urbanas na encosta do morro, no loteamento de Leonard Kacsmarkiewcz, e que fazia divisa com as duas fazendas. Estes casebres esparsos nos vales e o núcleo de casebres no morro deram origem às favelas da Grota – ou Joaquim de Queiróz – e do Morro do Alemão. Como será visto nos relatos desta seção, tanto os pequenos produtores rurais, quanto aqueles que se estabeleceram no loteamento urbano no Morro do Alemão, pagavam *aluguel de chão* aos proprietários de terras.

A formação de favelas pela oferta de casebres ou lotes ("chão") para aluguel por proprietários de terrenos é apontada pela historiografia das favelas do Rio de Janeiro como uma prática frequente, até meados do século XX. A cobrança de aluguel era

comprovada por recibos de pagamento regular, e, em alguns casos, havia inclusive escritura de arrendamento registrada em cartório. Há registros deste tipo que confirmam a cobrança de aluguel em algumas das favelas mais antigas da cidade, como o morro da Favela, a Mangueira, São Carlos, Salgueiro, entre outras (Silva, 2005). Como notou Vaz (2002), existiam similaridades entre as primeiras favelas da cidade, surgidas em fins do século XIX, e os cortiços, pois proprietários destes últimos mantinham casebres para aluguel em alguns morros. No recenseamento das favelas, realizado pela prefeitura do distrito Federal, em 1948, em 38% dos domicílios, havia cobrança de aluguel do *casebre* e 6,4% pagavam aluguel do *chão*.

No Complexo do Alemão, no início do século XX, havia arrendamento de terras para uso rural, mas com o tempo passaram a ser alugados pequenos lotes apenas para moradia. Ambas as práticas realizavam-se pelo *aluguel de chão*, que consistia no arrendamento do solo sem contrato registrado no ofício de notas, independentemente das benfeitorias que na maioria das vezes eram construídas pelos locatários. O aluguel de chão foi identificado como uma prática bastante comum, do setor privado, entre as décadas de 1920 e 1960, principalmente nas áreas das atuais favelas do Morro do Alemão e Grota – ou Joaquim de Queiroz. Tivemos acesso a estas informações pelos antigos locatários de Joaquim Leandro da Motta e Manuel Correa da Veiga – este último herdeiro de Martinho José Correia da Veiga – que inclusive nos apresentaram recibos e comprovantes mensais dos pagamentos que faziam.

Joaquim Leandro da Motta também chamado de *Quincas Leandro*, foi um personagem conhecido da história de Ramos, Olaria e Penha, no início do século XX. Foi chefe do frigorífico da cidade e posteriormente tornou-se sócio do matadouro da Penha (Fraiha, 2004). Com o dinheiro acumulado, passou a atuar no mercado de imóveis, comprando terrenos para lotear e vender na zona da Leopoldina. Também atuou no loteamento de terras em municípios da Baixada Fluminense.

Durante a pesquisa de campo, pudemos constatar que Leandro da Motta arrendava as terras que possuía na área que hoje compreende o Complexo do Alemão, de maneira informal, como pequenas chácaras, casebres e terrenos grandes, onde eram cultivadas hortas e pomares. A ocupação mais remota que alcançamos por meio de informações obtidas com os moradores, diz respeito à família de seu João Gabril, natural de Cantagalo, Minas Gerais, que se fixou no interior da área da atual favela da Grota em 1927.

> Eu fui criado aqui, iluminando com lamparina, bebendo água do córrego e cozinhando na lenha. Meu pai de criação se chamava João Gabril. Chegou aqui em 1927, antes da guerra. Veio lá de Cantagalo, pros lados de Miracema, primeiro veio sozinho, depois que se ajeitou buscou minha mãe. Aqui era um paraíso! Comi muito peixe daqui. Traíra! Tilápia! Camarão a gente pegava de balaio cheio, o pitu, grande, bem aqui na frente! E mais, era fruta, era banana, era laranja, tinha muita tangerina, cacho de uva. Meu pai saiu plantando, então, aí que melhorou. Chegou a colher 200 caixas de aipim! Todo final de ano ele enviava 200 caixa de aipim pro mercado!

A paisagem rural, com muitos plantios e criações de animais, é descrita pela maioria dos moradores antigos. Segundo Nilton da Conceição, 71 anos, filho de criação de João Gabril, que se considera natural do Complexo por ter chegado à região no ano de seu nascimento, em 1941, João Gabril, teria se estabelecido num terreno pertencente à fazenda de propriedade de Joaquim Leandro da Motta, por meio de contrato para aluguel de chão. O contrato foi intermediado por seu Domingos, procurador da viúva de Quincas Leandro para assuntos relativos ao arrendamento de suas terras nesta área.

> Seu Domingos morava aqui dentro, onde eu moro hoje.! Quando meu pai veio praqui, fez um negócio com ele. Meu pai pegou aquele terreno onde hoje tem aquele armazém do seu Carlos e foi morar ali, fez uma casa ali. Como é que foi o trato: Seu Domingos, também era inquilino, ele com a mulher dele, moravam lá dentro e Seu Domingos era o procurador da viúva do Quincaliano, que era dono disso tudo aqui! Então, ele, o Quincaliano deixou uma ordem pro seu Domingos vim cobrar a onde a gente morava, lá naquele morro, tipo um aluguel de terra, né?! Aí, a casa era da gente, mas a gente pagava o chão! Meu pai pagou muitos anos aquilo.

Conforme apurado pela pesquisa fundiária, uma gleba que hoje corresponde a uma parte da favela da Grota seria de propriedade de Domingos Fernandes Lopes, que pode ser o mesmo *Domingos* que seu Nilton trata como *inquilino* de Joaquim Leandro da Motta. Ainda segundo seu Nilton, existiam outros moradores antigos na região, no tempo de sua infância, que viviam em fazendas e chácaras, produzindo artigos hortifrutigranjeiros.

> Do meu tempo de menino, que eu lembre, tinha o Seu Domingos, o tal procurador do Quincas Leandro que criava porco lá pra dentro, o Zé Ferreira, que criava cavalo também aí pra dentro, seu Hermenegildo (...) tinha também o Boca de Pau que tinha uma fazenda com uma casa alta! Lá dentro morava seu Espanhol, que também tinha uma fazenda, tinha um caramanchão de uva lá na boca da casa dele, uma casa cumpridona de telha. O espanhol morava ali no Ferreira, por trás ali! Aquilo ali também era tipo uma fazenda. Embaixo era tangerina pura!

As "fazendas" que seu Nilton menciona, todas localizadas no interior do vale da Grota, de acordo com a planta cadastral da época, são terrenos arrendados da família de Quincas Leandro ou da família Correia da Veiga. No avançar da pesquisa de campo, a vizinhança citada por seu Nilton foi não só confirmada como surgiram outros arrendatários mencionados por antigos moradores, que ao que tudo indica viviam nas mesmas condições, conforme narra seu Paulinho, filho de imigrantes mineiros, que nasceu no Morro do Alemão e atualmente tem 59 anos.

> Aqui pra trás, do alto do morro do Alemão tinha três roças. Era a roça do seu Joaquim Matinada, a primeira aqui. A roça do seu Antunes, que era depois do seu Joaquim e até a metade até chegar a Grota e era a roça do seu Cabral. Pegava metade da roça do seu Antunes até chegar na metade na Grota. Então aqui, era essas três roças. Era roça mesmo! Canavial, plantações mermo, tudo quanto é plantações. Milho, feijão, essas coisa toda assim. Tinha tudo. Boi também, muito boi aqui em cima que era desses fazendeiros aqui de trás!

A área mencionada também faz parte das terras que conseguimos identificar como de propriedade de Joaquim Leandro da Motta. A fazenda de Motta confrontava com a *fazenda Camarinha, de propriedade de Martinho José Correia da Veiga.*[10] A fazenda Camarinha estava arrendada até o início do século XX (antes da partilha), com contrato no ofício de notas, onde há descrições de *cachoeiras* e também de uma *senzala* que compunham a propriedade. Conforme atesta seu Walter, filho de imigrantes portugueses, a edificação da senzala ainda existia em sua infância.

> Era uma fazenda de escravo, com senzala e tudo! O porão era de pedra, a gente olhava pelo buraco da fechadura e via argola, tronco! Tudo de pedra! Feito por escravos. Uma pena porque depois o povo foi chegando e botaram tudo abaixo! Quase não aproveitaram o que existia!

Em 1936, a fazenda foi dividida entre nove herdeiros de Martinho Correia da Veiga, que, de acordo com o relato de alguns moradores antigos, passaram a cobrar aluguel de chão ou de casebres em suas propriedades. Dona Georgina, residente da *Boca da Grota*, tem 84 anos. Filha de portugueses, nascida em 1928, viveu com seus pais e irmãos nas imediações de Bonsucesso até os 10 anos, quando sua tia vendeu o terreno em que moravam. Seu pai, Francisco Cabral, ao buscar nova moradia para a

10. Martinho Correia da Veiga fazia parte da irmandade Nossa Senhora das Neves, em Santa Tereza (Brasil, 1907), e tinha casas naquela região, além de propriedades no Centro e no Engenho Novo, entre outras, de acordo com registros do Ofício de Notas.

família, encontrou uma casa de estuque na entrada da Grota, atual Rua Joaquim de Queiroz, que alugou em 1938. Em 1945, surgiu a oportunidade de comprar a benfeitoria de Waldemar Ferreira Veiga, implicando-se neste caso o pagamento do aluguel de chão da propriedade de Manuel Correia da Veiga, cujo procurador, para o recebimento de aluguéis, era o senhor Espanhol, mencionado por seu Nilton como agricultor que cultivava cítricos no interior da Grota.

> Quando chegamos aqui em 1938, não tinha nada! Lá pra dentro, me lembro que morava seu Hermenegildo, o Zé Cabral e o Espanhol. Lá no alto do Alemão é que tinha umas casas, porque ali pra cima já tinha um pessoal na caída pra Travessa Laurinda, pouca gente, mas tinha, porque era muito difícil de subir, uma pedreira danada! O capim cobria a gente de tão alto que era! Me lembro muito bem, porque eu já tinha 10 anos de idade e ajudava minha mãe com a lida da casa. Aqui na frente, subindo pra Alvorada tinha uma mata bonita, onde a gente costumava subir pra buscar lenha, era mata mesmo! Depois é que o povo foi entrando e foi cabando com a mata. Agora não tem nem uma arvorezinha, mas eu apanhei muita lenha ali em cima. Lá no alto da Alvorada já morava seu Romão com o familião dele. Ele era empregado dos Veiga e ficava encarregado de vigiar as terras pra eles. Uma pessoa muito simples, muito boa. Depois que o Espanhol morreu, ele é que ficou encarregado de receber nosso quinhão de aluguel. De primeiro, aqui na frente era só minha família, com o tempo o povo foi chegando, mas quem chegava, pagava pro Espanhol, que entregava o dinheiro pro dono da fazenda, que era esse tal de Veiga. Quando o espanhol morreu, quem ficou encarregado de receber o aluguel de chão foi seu Romão. Durante outro tanto de anos pagamos pra ele, mas depois que ele morreu, ninguém veio cobrar, aí deixamos de pagar. Passou foi é tempo, até que apareceu um homem aqui dizendo que era dono da fazenda e que todo mundo ia ter que sair daqui. Peguei os recibos todos que eu guardava e mostrei pra ele, saiu até foto no jornal! Porque eu disse que daqui só saio morta! Sei que ele ameaçou, ameaçou, mas depois deixou quieto!

Em sua narrativa, dona Georgina explica a paisagem do atual Complexo no seu tempo de menina. Ao esboçar a morfologia do lugar, em 1938, cita os antigos moradores mencionados por seu Nilton, a ocupação do alto do Alemão (travessa Laurinda) pelo loteamento de Leonard Kaczmarkievicz, que ela desconhece, e seu Romão – também bastante conhecido e mencionado por outros entrevistados – como o morador do alto do morro da Alvorada, situando-o na posição de empregado de Manuel Correia da Veiga. Faz-se necessário observar que o local descrito como área de moradia do velho Romão tem uma vista privilegiada de boa parte dos morros que compõe o Complexo: do alto podemos observar toda a encosta, tanto em direção as atuais áreas do Reservatório e Nova Brasília, quanto em direção ao vale da Grota em toda a sua extensão, o Morro do Alemão seguindo em direção aos Mineiros e Matinha. Nas palavras de dona Georgina,

cabia a seu Romão vigiar as terras de Manuel Veiga. Com isso, podemos concluir que seu local de moradia estava situado numa posição estratégica para o exercício de sua função.

O espanhol é citado por dona Georgina como o responsável pelo recolhimento do aluguel de chão na área de propriedade de Manuel Veiga, papel que cumpre até o seu falecimento, não somente em relação à família de dona Georgina, mas também para os demais arrendatários que posteriormente se fixam na região. Com sua morte, a responsabilidade pelo recolhimento dos alugueis de chão é repassada ao empregado de Manuel Veiga, senhor Romão, que se torna então, o procurador responsável pelas cobranças. Entre os documentos preciosamente guardados por dona Georgina, encontramos o contrato de aluguel de chão, com caligrafia e assinatura de Manuel Correia da Veiga, devidamente reconhecido em cartório. O texto diz explicitamente.

> Eu, como proprietário, alugo o terreno situado na Rua Joaquim de Queiroz, 296. Não me responsabilizo por consequência alguma. O morador está sujeito às consequências da saúde pública. Não é permitido construção nenhuma. No caso de aumentar algum cômodo será também cobrado aluguel.

Note-se que o proprietário se isenta de qualquer responsabilidade perante a saúde pública, ao alugar o terreno que tinha como benfeitoria somente uma casa de estuque, desprovida de água, luz e esgoto, portanto, sem nenhuma infraestrutura urbana. Também tivemos acesso ao documento de compra e venda da benfeitoria, datado de 23 de maio de 1945, no qual Waldemar Correia da Veiga escreve, assina e reconhece firma. "Aprovo que vendi a Francisco Soarez Cabral, as benfeitorias da Rua Joaquim de Queiroz, 296, pela quantia de dois mil e oitocentos cruzeiros."

De acordo com os documentos que nos foram apresentados, entre 1945 e 1969, a família de dona Georgina, embora de posse reconhecida das benfeitorias, segue pagando o arrendamento da terra até a morte de Romão, quando deixam de pagar por falta de cobrança.

Outro proprietário, que também adotou essa prática imobiliária, foi Leonard Kacsmarkiewcz, imigrante polonês, que comprou duas pequenas glebas da fazenda de Joaquim Leandro da Motta, entre 1910 e 1914, na encosta do morro do Alemão voltada para Olaria, assim rebatizado popularmente, como referência ao novo proprietário mencionado (área 1a, na figura 2). Todavia, diferentemente de Leandro da Motta e Correia da Veiga, que cobravam o aluguel de chão por áreas de tamanhos diversos

– sítios, chácaras e casebres –, Kacsmarkiewcz fez um loteamento urbano e passou a comercializar o aluguel dos lotes, de acordo com o depoimento de seu neto, Leonardo Kacsmarkiewcz Neto, transcrito a seguir.

> Sei que ele comprou as terras aqui do morro pra lotear e alugar. Algumas terras ele até vendeu, mas 90% era pra aluguel. Ele comprava os terrenos, loteava e alugava o terreno. Ele chegou a construir algumas casas pra alugar, outras não, ele vendia só o lote mesmo, ou alugava o lote, ou até vendia, algumas casas foi ele que construiu, muitas não, porque o capital dele era pequeno, ele era marceneiro de profissão, não tinha muito dinheiro, de modo que não dava pra ficar construindo casa! Mas ele abriu algumas ruas que até hoje consta que são no nome das minhas tias. Uma das ruas ele botou Travessa Santa Teresinha, em homenagem já a uma das filhas que se chamava Teresinha. E Travessa Leonardo que exatamente uns mais antigos falam que é pra homenagear ele mesmo. Outros que era pro meu pai que era Leonardo. Foi fazendo o negócio pequeno dele e deu certo. Muito tempo depois é que começaram as invasões, mas aí minha vó vendeu e acabou com o prejuízo (Medrado e Carneiro, 2010).

Segundo Leonardo, mediante a escassez de capital, o empreendimento de seu avô concentrava-se no aluguel de terrenos para a construção de casas. O loteamento era precário, sem infraestrutura urbana, e as habitações construídas com material improvisado ou estuque, ainda na década de 1950.

Constatamos, portanto, que os primeiros focos de ocupação do atual Complexo do Alemão foram incentivados pelo setor privado, posto que os proprietários locais se beneficiavam do aluguel de chão. A prática do aluguel em favelas, seja de casebres seja do chão, passou a ser condenada pela prefeitura no final da década de 1930, quando o Artigo 349 do Código de Obras (Brasil, 1937), proibiu os aluguéis e estabeleceu multas para os proprietários de terrenos que fizessem esse tipo de cobrança em áreas consideradas favelas. No início da década de 1940, a campanha governamental para a criação dos *Parques Proletários Provisórios*, liderada por Victor Tavares Moura, apontava o aluguel como um dos principais mecanismos de criação de favelas, e os proprietários de terrenos que incidiam nesta prática como "exploradores de favelas" (Moura, 1940).

Com o passar dos anos, por meio de processos que descreveremos ao longo do texto, a Grota e o Morro do Alemão receberam milhares de novos moradores. Um aspecto crucial para este aumento populacional foi a compra de áreas contíguas aos núcleos iniciais de casebres por uma autarquia estatal, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC), conforme veremos a seguir.

5 OCUPAÇÕES CONSENTIDAS

Em 1941, três oitavos da Fazenda Camarinha foram vendidos por herdeiros de Martinho Correia da Veiga ao IAPC. Estas glebas localizavam-se nas áreas que hoje correspondem à favela de Nova Brasília – inclusive as localidades Alvorada e Reservatório –, e parte das favelas Morro do Alemão e Grota (figura 3). Entre 1940 e 1950, identificamos algumas formas de fixação de moradia praticadas nas terras do IAPC, portanto, do Estado, como *ocupações consentidas*. A fixação de moradias em terras do Estado de forma *consentida* revela um vínculo entre as políticas governamentais para as favelas à época e o processo de formação das primeiras favelas do Complexo do Alemão.

Os IAPs eram subordinados ao Ministério do Trabalho e financiaram, entre 1937 e 1964, a produção de conjuntos habitacionais, sobretudo para aluguel aos seus associados, que representaram a primeira leva de habitações populares produzidas em grande escala no país por órgãos estatais (Bonduki, 1999). Os IAPs acumularam grande estoque de terras urbanas, em diferentes pontos do país, "constituindo um patrimônio que ultrapassava em muito sua capacidade de edificação" (Bonduki, 1999, p. 107). Muitos desses terrenos eram visados pelos governos locais para a política habitacional nas favelas. Há indicações de que alguns deles foram cedidos aos programas para as favelas no Distrito Federal e em outras capitais, entre 1940 e 1960 (Rodrigues, 2014).

No Distrito Federal, estabeleceram-se parcerias entre os IAPs e a prefeitura, pois os terrenos dos IAPs estiveram na mesa de negociações, no âmbito das políticas para as favelas, em praticamente todas as gestões do governo local, entre as décadas de 1940 e 1960. Nas décadas de 1940 e 1950, a prefeitura removeu favelas de determinadas áreas e passou a encaminhar ao Ministério do Trabalho os moradores filiados aos institutos, pressionando para que "resolvessem" o problema habitacional desses favelados.[11]

No caso do Complexo do Alemão, nossa hipótese é que as terras do IAPC foram inicialmente ocupadas por pessoas que *tomavam conta da área* a serviço do IAPC ou eram por elas autorizadas a construir habitações, mas entre fins dos anos 1940 e início

11. O *plano de extinção das favelas*, elaborado na gestão do prefeito Ângelo Mendes de Moraes, tinha como ação prevista encaminhar os moradores de favelas que eram filiados aos IAPs ao Ministério do Trabalho, para que fossem tomadas providências. Também na década de 1950, autoridades locais declaravam à imprensa que estavam *encaminhando ao Ministério do Trabalho*, os moradores de favelas filiados aos institutos de previdência (Rodrigues, 2014).

dos anos 1950, esses terrenos foram utilizados como um local de "reassentamento" de moradores de favelas filiados ao instituto, pelas *cartas de concessão para moradia*, concedidas pelo IAPC. A existência dessas cartas foi revelada por moradores antigos, e pode ser compreendida como uma tentativa institucional de autorizar as ocupações sem, no entanto, formalizá-las, visto que elas são descritas como papéis escritos à mão, sem qualquer reconhecimento formal que de fato valide a ocupação dos terrenos. Portanto, traduzem-se pela materialidade dos antigos "contratos de boca" que não implicam qualquer reconhecimento formal e se efetivam por concessões informais. Esta percepção se coaduna com a vindicação posterior que o próprio IAPC fará de suas terras na ocasião da invasão coletiva do então *Buraco do Sapo*, rebatizado pelo nome de Nova Brasília, por ter ocorrido justamente no período de construção da capital.

No Complexo do Alemão, a exceção do horto florestal que foi cultivado a partir de 1940, entre as áreas do atual Reservatório e Nova Brasília, as demais terras do IAPC, mantiveram-se desativadas. Os primeiros moradores destas terras foram empregados do horto florestal que obtiveram permissão para construir suas moradias nas áreas altas das terras do IAPC, em troca de fiscalizarem suas terras. Com o tempo, estes funcionários passaram a consentir a fixação de alguns novos moradores. Segundo os motivos alegados, com o propósito de aumentarem a segurança da região bastante inóspita e cultivarem uma vizinhança familiar. Os primeiros moradores obedeciam a um *código de conduta* estabelecido pelos funcionários subalternos do IAPC, que impunham como regra a invisibilidade dos barracos que deveriam ser construídos no alto dos morros e nas grotas.

Os depoimentos corroboram para pensarmos em um processo evolutivo das concessões para a construção de barracos nas terras do Estado, pois, com o tempo, esta ocupação informal e consentida será intermediada por funcionários supostamente *mais qualificados,* a exemplo do *doutor Maçon*, um advogado frequentemente citado que, como alto funcionário do horto florestal, se sentia legitimado para avaliar a situação das famílias que o procuravam e consentir de modo seletivo na ocupação. Neste ínterim, surgirão *supostos funcionários* que se beneficiam de vínculos empregatícios com o IAPC para construir barracos, alugar imóveis precários e selecionar novos moradores.

Nos anos 1950, essas concessões informais adquiriram uma nova versão, pelas *cartas de concessão para moradia*, que seriam concedidas pelo IAPC para comerciários

que comprovassem vínculos empregatícios pela carteira de trabalho. Em alguns depoimentos, encontramos indícios de que as cartas de concessão mencionadas também foram utilizadas por moradores removidos de outras favelas.

A história de Antonio Daniel foi contada por sua filha, Eurídice Daniel da Silva, que tem 87 anos, é mineira de Maripá e mora em Nova Brasília desde 1941. Seu pai, Antonio Daniel, ex-lavrador e recém-chegado na cidade do Rio de Janeiro foi trabalhar na prefeitura como jardineiro no horto florestal, então localizado nas terras do IAPC, anteriormente pertencentes à fazenda Camarinha. Por obter "consentimento" de alguma autoridade da instituição, Antonio Daniel construiu um barraco para residir com a família no alto do morro da Alvorada, onde permaneceu até o seu falecimento. Devido à dificuldade de acesso, seus filhos, aos poucos, foram edificando conjuntamente suas residências nos baixios da Alvorada, na área antigamente conhecida como Buraco do Sapo. De suas lembranças mais remotas sobre o lugar, dona Eurídice se recorda do vasto matagal de *capim morumbudo* que seu pai tinha de cortar para fazer a trilha até o alto do morro onde eles e os poucos habitantes moravam, que provavelmente por *regras de conduta* procuraram a invisibilidade do alto do morro e do interior dos vales para se instalarem.

> De primeiro o pai e a mãe moraram lá na Vila da Penha. Lá no Largo do Bicão. Eu mais o meu irmão pagava o aluguel da casa. Mas como tava muito pesado pra nós pagar aluguel e ele veio trabalhar no jardim da prefeitura, *encontrou essa facilidade aqui* e fez a casa lá em cima. Casa não, era um barraco mesmo! Mas a água vinha na porta, uma mina que tinha lá em cima (...) de pouco ele foi plantando e fez até uma roça de aipim e batata doce, muito boa a batata! Dava gosto comer! Enquanto ele viveu, teve essa roça. Depois que o pai veio pra cá, ele passou a tomar conta disso tudo aqui, porque ele trabalhava no jardim da prefeitura, né? (grifo nosso).

De acordo com o relato de dona Eurídice, seu pai, Antonio Daniel, ao conseguir trabalho no *jardim da prefeitura*, que na realidade trata-se do horto florestal estabelecido em terras do IAPC, encontrou a facilidade de morar próximo ao seu local de trabalho. Por consentimento de seus empregadores, instala-se no alto do morro da Alvorada, onde permanece invisível, mas devido à vista privilegiada tem o controle das terras do estado. A inatividade das terras permite inclusive que seu Antonio Daniel faça plantios para agricultura de subsistência de sua família. Com o passar dos anos, novos moradores vão chegando e pedindo permissão a seu Antonio Daniel para construírem suas casas.

> De modo que o povo que chegava, procurava ele pra pedir pra fazer casa, era pouca gente, de modo que ele cedia (...) não cedia pra qualquer um não, mas se fosse gente boa ele deixava fazer casa. Mas não podia dar na vista não, porque as terras aqui eram do INPS e o INPS não deixava fazer casa! Mas aí, com o tempo, foram pedindo, foram fazendo, foram pedindo. De modo que os primeiro chegava e pedia (...) e só podia no alto, fazia no alto, bem no alto, escondido no capim pra ninguém ver, mas os segundo não, já chegava e ia botando as tabuinha, fazendo a casa deles. Fazia de noite, de manhã cedo já amanhecia o barraco pronto.

Conforme podemos observar no depoimento de dona Eurídice, o posto de antiguidade de Antonio Daniel lhe confere autoridade sobre as terras do IAPC. Durante os anos 1940, a ocupação é praticamente inexistente numa paisagem que ainda pode ser identificada como rural. A chegada dos novos habitantes é controlada pelo jardineiro que seleciona os possíveis moradores de acordo com suas condutas, orientando-os a construir somente no alto do morro em áreas de pouca ou nenhuma visibilidade, visto que as terras são do IAPC e não há permissão legal para ocupação. Este procedimento de controle e autoridade simbólica por parte de empregados do IAPC e o *princípio de antiguidade* dos pioneiros em relação aos novos *outsiders*, estabelece uma hierarquia de ocupação e segue códigos morfológicos que criam distinções entre morar no alto e no baixo, no dentro e no fora onde a invisibilidade se perpetua como uma medida de proteção (Elias e Scotson, 2000).

Seu Adelino e dona Antônia, migraram de Itaperuna, interior do estado do Rio de Janeiro, em 1953, e desde então são moradores da área do Reservatório.

> Quando chegamos, viemos direto prá cá. Desde que cheguei no Rio nunca morei em outro lugar! Primeiro moramos ali em cima perto da caixa d'agua, onde eles chamam de Reservatório de Ramos, mas que na época nem existia. A gente ficou na casa dos compadres até que alugamos um barraco do Custódio, que morava do lado da cunhada Guiomar e do compadre Joaquim. *O Custódio veio lá do Caju e por consentimento*, levantou um barraquinho pra ele, barraquinho mesmo! Nós alugamos dele e depois com o tempo conseguimos comprar o barraco e lá ficamos (grifo nosso).

Nos anos 1950, percebe-se que as relações de parentesco orientavam o processo de ocupação da área do Reservatório, localizado na alta encosta da atual Nova Brasília. No caso de seu Adelino e dona Antônia, como em muitas situações que tivemos a oportunidade de observar, os imigrantes encontram um primeiro pouso na casa de parentes, conseguem um barraco de aluguel e posteriormente compram suas moradias ou obtêm

permissão para ocupação, um processo que perdurou ainda nos anos 1960 e 1970. Embora tenham optado por seguir vias supostamente legais de ocupação – aluguel e compra da habitação –, seu Adelino e dona Antônia nos chamaram a atenção para as regras de conduta vigentes neste território durante os anos 1950: Custódio de quem alugam o barraco vem do Caju, mas havia obtido consentimento – de quem? – para construir seu barraco. E explicam:

> Porque o povo mais antigo que já morava aqui, não era assim, dizer que eles fossem donos! Não diziam isto também não, mas era morador mais antigo, respeitado. Eram gente boa e o pessoal novo que ia chegando, procurando moradia, *eles acoitavam*, se fosse com o jeito da pessoa ia acoitando, mas o sujeito tinha que pedir entrada, ir se chegando, ninguém usava de chegar e botar barraco assim sem consentimento, assuntava, ia aos poucos, perguntava primeiro. Porque se chegasse assim de chofre levantando barraco, o governo vinha e botava abaixo! Esses dois antigos que eu te falei, o Olavo e o Militão não trabalhavam no IAPC não, o Militão trabalhava ali na Marialva, mas se o guarda do IAPC chegava ia perguntar era pra eles, pros mais antigos quem era o novato e se eles não conhecessem o barraco ia pro chão (grifo nosso).

De acordo com as observações de dona Antônia, a antiguidade é literalmente posto. Os antigos moradores não se intitulavam donos, mas a antiguidade lhes conferia uma autoridade diferenciada em relação aos novos moradores que precisavam de suas permissões para não serem retirados pelos chamados "guardas do IAPC". Mas é preciso esclarecer que as relações entre antigos e novos moradores não se construía meramente por empatia. A permissão dos "guardas" nestes ermos abandonados exigia que os próprios moradores, ainda em pequena quantidade, zelassem pela segurança de suas famílias e habitações, procurando selecionar a vizinhança, que deveria se constituir de trabalhadores, pessoas honestas que não comprometessem a convivência e segurança da área.

Se nos primeiros tempos *a antiguidade*, por um lado, e *os códigos de conduta,* por outro, foram os requisitos que imprimiram legitimidade na ocupação das terras do IAPC, com o avançar dos anos, ocorre uma mudança hierárquica na legitimidade da ocupação: surgem "autoridades" do IAPC *in locu* que autorizam os funcionários e supostos funcionários da instituição a se fixarem na área do Reservatório.

> Tinha os antigos e um pessoal do IAPC que morava por aqui. Depois que *doutor Maçon* chegou pra fiscalizar as terras do IAPC, não era mais pro Olavo que o pessoal pedia consentimento pros barracos e sim pro Julio, porque o Julio trabalhava com o doutor Maçon, o doutor Maçon, era chefe aqui, ele tomava conta do horto florestal. O Julio vivia com uma enxada capinando essas

> beiradas aqui. Mas esse Dr. Maçon é que tomava conta das terras do IAPC. Quer dizer, ele tomava conta do *Horto Florestal que era do IAPC*; quando ele via que a pessoa tava precisando mesmo e que a pessoa implorava pra ele, ele acabava deixando construir, mas assim, só barraquinho, e mais quem conseguia era gente assim, funcionário do IAPC. Primeiro ele deixou um, depois desse um trouxe outro que construiu perto de nós, mais distante da gente um bocado, tinha outro que também era funcionário do tal do IAPC (grifo nosso).

O mesmo tipo de situação, configurado por uma suposta autoridade simbólica e consentimento sucessivo, aconteceu na favela da Grota, em outro terreno do IAPC, a exemplo do caso da família de dona Júlia. Julia Ribeiro Gonçalves tem 70 anos. Nasceu em São Sebastião do Alto no município de Friburgo. É viúva e tem um casal de filhos. É irmã do falecido Ismael da Bica, conhecido em toda a favela da Grota por ter participado das providências para a instalação da água para esta área. A antiga moradora se instalou na área junto com sua mãe, duas irmãs e o mencionado irmão, em 1955. Posteriormente, outro irmão, veio juntar-se à família, alojando-se nos baixios então despovoados do morro do Alemão.

> Seu Merentino? Ele se intitulou dono de um pedaço aqui. Dono de um pedaço do morro! Quer dizer, ele não dizia que ele era dono, ele dizia que tomava conta! Aí ele dava pra quem ele queria. A história que eu sei é essa! Não vou dizer pra você que ele vendia nada não, porque ele dava. Se ele vendia, eu nunca soube, mas que ele dava eu sei.! Só que ele só dava pra quem ele ia com a cara! Se não fosse com a cara, não adiantava pedir. Mas se ele gostasse ele dava e mandava, faz aqui, faz ali. Porque ele era funcionário do IAPC e como esse pedaço aqui era do IAPC ele ficava, ou se sentia, né, meio que o responsável, o dono, sei lá! Mas ele trabalhava mesmo era vendendo carvão! Quando a gente veio pra cá, a gente foi morar de aluguel numa casa dele. E era até de barro a casa, de estuque. Mas embolsado direitinho. Acimentadinha! Tinha um quintal grande e era um aluguel pequeno, uma coisa mínima.

Conforme atesta o depoimento de dona Júlia, o funcionário do IAPC, por suas supostas relações de pertencimento à instituição, sente-se legitimado não somente para fixar moradia na Grota, mas também para construir moradias, cobrar aluguel e consentir ocupações. As ações do "funcionário do IAPC" em benefício próprio estão associadas ou são decorrentes, possivelmente, de uma política da instituição que, de acordo com depoimentos, concedia cartas de autorização para a ocupação de seus terrenos a comerciários que apresentassem suas carteiras assinadas e comprovassem vínculos empregatícios. Obtivemos estas informações por meio de dona Júlia:

> (...) Outros que tinham carta não precisavam pedir pro seu Merentino. É, tinham pessoas que tinham carta, né, carta do IAPC. Assim, quem trabalhava no comércio apresentava a carteira assinada no IAPC e o IAPC dava uma autorização de que podia construir. Meu cunhado Moisés conseguiu. Outro que arrumou esta carta era o pai do Carlos que mora aqui pra cima, o pai dele, seu Adir era funcionário do IAPC, não sei se ele era porteiro, trabalhava no elevador ou em gabinete, não sei direito. Sei que chegou aqui bem depois da gente, mas como ele era funcionário lá conseguiu um terreno grande! O terreno deles é enorme! Construíram uma casa grande lá! E outros parentes também construíram casa lá, mas agora só mora o menino, os pais morreram. É um terreno enorme, com uma casa forte!

Não tivemos nenhum acesso a essas cartas, mas obtivemos o depoimento de seu Moisés, cunhado de dona Júlia, que à época se beneficiou desse procedimento institucional:

> (...) Porque eu fiquei sabendo pelo meu patrão e por aqui também, que o pessoal falava, que lá no IAPC tavam dando essa carta pra quem quisesse conseguir terreno pra construir. Aí fui lá e eles me deram a carta, logo depois veio um funcionário de lá bater na minha porta e pedir dinheiro pra conseguir a carta, só que eu mostrei pra ele que já tinha e ele cascou fora, nunca mais apareceu. O terreno é aqui em cima, consegui pra fazer uma casa pros meus pais.

O depoimento de seu Moisés é um indício de que havia uma prática do IAPC no sentido de consentir a construção de moradias em determinadas terras de sua propriedade a comerciários na década de 1950, e da ação desvirtuada de agentes dos institutos que procuravam se beneficiar desta política. Ao que tudo indica, não somente comerciários conseguiam estas cartas, como nos informou dona Denair, 77 anos, esposa de Walter e moradora de Nova Brasília:

> Saí do Timbó com 17 anos, que foi quando minha família mudou pra cá. Isso foi em 1952. Mudamos aqui pra cima, pra Alvorada, no rumo do Reservatório. Aqui em baixo não tinha nada! Só a casa da minha sogra e no máximo umas outras seis casas. Mudamos pra cá porque meu pai conseguiu uma carta do SPC (IAPC) pra construir nosso barraquinho ali em cima. Era uma carta de autorização. Meu pai teve que pegar uma carta pra poder fazer nosso barraquinho. Sei que ele conseguiu essa carta com um senhor que tomava conta de uma plantação de eucalipto que tinha bem aqui detrás, onde depois construíram um conjunto de apartamentos, acho que era um negócio de horto florestal que tinha lá. Foi este senhor que trabalhava no SPC que deu uma cartazinha pro meu pai, pro meu pai poder fazer, endireitar o barraquinho.

A vinda de novos moradores para os terrenos do IAPC pelas concessões de funcionários do instituto ou pelas "cartas de autorização" ocorre em um período no qual

os institutos de previdência eram pressionados pelos governos locais para contribuírem para a *solução do problema das favelas* na cidade, principalmente cedendo terrenos para novos *núcleos habitacionais* para favelados removidos de outros locais. No caso do Complexo do Alemão, alguns dos que vieram pelas "concessões" do IAPC, moravam em favelas que posteriormente foram removidas, como algumas favelas do Caju e do rio Timbó. Constatamos também, que ocorreram remoções de moradores de outras glebas da fazenda Camarinha, que foram vendidas para empresas industriais, como a fábrica Marialva, para dentro da área do IAPC.

6 INVASÃO COLETIVA

Para compreender o processo que denominamos neste estudo de "invasão coletiva" dos terrenos do IAPC, na área da favela de Nova Brasília, é importante contextualizar as ações locais ao ambiente mais geral, no que diz respeito às favelas. A década de 1950 pode ser interpretada como um período de ampliação do espaço de negociação entre o governo e as favelas e de reorganização dos movimentos de seus moradores (Silva, 2005). A primeira metade da década foi marcada pela instabilidade política e culminou com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1954. Nesse período, a correlação entre o êxodo rural e a formação de favelas era enfatizada pelo governo, e surgiram propostas de "doação" dos terrenos de favelas para os moradores.[12] Ao mesmo tempo, as mobilizações dos favelados, sobretudo em torno das disputas judiciais com proprietários privados ou grileiros de terrenos, se intensificaram e o movimento se tornou mais organizado, seja pela articulação entre moradores de diferentes favelas, seja pelas assessorias jurídicas, ou apoio de setores da Igreja Católica e de partidos políticos (Silva, 2005).

De acordo com os depoimentos de antigos moradores que acorreram para a região do complexo, os vínculos de parentesco e as indústrias que vieram formar o polo industrial desta região, nos anos 1950, foram fatores que contribuíram de forma significativa para o crescimento populacional desta área. Em seu estudo sobre favelas da zona norte na década de 1960, Perlman (2002) vinculava a crescente ocupação da região a maior oferta de trabalho em fábricas que se instalaram nesta área (Perlman, 2002).

12. Essa proposta foi lançada por Geraldo Moreira, político que tinha grande influência nas favelas da zona norte da cidade (Silva, 2005).

Oswaldo de Souza Moreira tem 72 anos e é dono de uma loja de ferragens e utensílios na entrada de Nova Brasília. Natural de Carangola, Minas Gerais, veio para o Rio de janeiro, em 1955, para fazer o tiro de guerra e procurar melhores oportunidades de trabalho. Quando chegou, se hospedou em casa de sua tia, que morava nas proximidades do então Buraco do Sapo.

> Quando cheguei aqui em 1955, já tinha muito morador! Sim, porque eles ficavam lá em cima. Não aqui, mas lá no alto do morro já tinha gente morando! Ali naquele pedaço onde construíram a caixa d´água, o Reservatório, ali já tinha bastante gente morando porque era alto, escondido, né! Tudo gente que trabalhava nas indústrias! Eu mesmo, depois do tiro de guerra, fui pra Nova América e fiquei lá um bocado de tempo! Aqui já tinha muito serviço! Pra quem tava chegando da roça então! Tinha a Bala Ruth que é lá perto da Joaquim de Queiroz. Num é aqui não. Mas vindo de lá pra cá, nós tínhamos ali a Heliogás, tinha uma fábrica de tecido! Tinha a Marialva. Seguindo aqui pra baixo na Itaoca, tinha a Franco-Brasileiro, que acabou. O Café Capital que é do nosso tempo. Tinha a Caracu, que depois virou a Skol. Tinha a Aromantina, fábrica de essências e perfume. Cabou também. Tinha a Tanuri, indústria de papel! Cabou também. A São Geraldo, também, fábrica de papel. Cabou também. Existe a Castrol até hoje. A Darur existe até hoje, mas chegou depois que eu cheguei. Várias indústrias. A Darur foi depois e mais pra frente tinham as filiais da Nova América também, tudo filiada a Nova América. E você descendo, ainda tinha mais umas fábricas, a fábrica de papel União... Tinha Benfica's Pneu, Café Paulicéia. Isso tudo foi acabando. Tinha Montana, a Cica. Isso tudo era chamariz de serviço! E o pessoal morava lá em cima. Mas foi apinhando e tinha os terrenos do IAPC aqui embaixo, de modo que o pessoal começou a descer.

Desse modo, o processo de ocupação antes restrito às áreas altas da Alvorada e do Reservatório, com o crescimento populacional decorrente da chegada das indústrias, aos poucos começa a se estender para os baixios dos terrenos do IAPC, próximos a Avenida Itaoca, numa área intersticial, até então conhecida como "Buraco do Sapo". Dona Eurídice, filha do jardineiro do Horto Florestal, faz uma nítida passagem entre o que pode ser entendido como ocupação por consentimento e o que ficou caracterizado como invasão:

> (...) depois eles já faziam sem pedir! A essa altura meu pai só olhava e dizia, deixa fazer, deixa fazer. Num quero saber de nada não, não mando mais aqui não! Cá embaixo, eu mesma fui uma que deixei muita gente fazer casa porque, como nós, não queria ver os outros passando necessidade. Porque depois que eu casei fiz casa aqui em baixo junto com meus irmãos, mas não tinha nada, só seu Antonio Português e a família, depois chegou a Maria e o Alcides. Como eu trabalhava fora e só vinha fim de semana, os primeiros chegava com jeito e pedia, a gente deixava, né, até que um dia eu dei conta que povoou tudo! Mas isso foi depois da invasão.

A antiga moradora explicita a perda de controle de sua família sobre a vigilância da área quando as ocupações se tornam massivas, distinguindo-as como invasões, porque não são mais pautadas no consentimento e nas regras de conduta da hierarquia de ocupação anterior. Conforme pudemos observar no repertório de classificação das formas de fixação e moradia, identificado durante a pesquisa pelos moradores, os novos habitantes, que ocuparam a futura comunidade de Nova Brasília, admitiram que invadiram a área, sem contudo atribuir um conteúdo negativo, tanto à expressão quanto à ação coletiva da qual participaram.[13]

O carpinteiro Orestes Ribeiro da Silva, natural de Itaperuna (RJ) que participou ativamente da invasão coletiva e fundação de Nova Brasília, nos explica a estratégia de ocupação:

> isso aqui na época da invasão parecia até uma guerra! De noite ninguém dormia porque só se escutava era martelo batendo, o pessoal construía o barraco de noite, quando a polícia chegava no outro dia, nego já tava dentro do barraco! Eu e o pai do Alcides, ajudamos muito o pessoal a fazer isto. Fizemos muito barraco! Tudo de noite! De madrugada. Era um pessoal grande, tinha o Pedrinho, o João Bocaz, o Otílio. A gente se ajudava, porque dinheiro não tinha, então quando um conseguia comprar madeira velha ou ajuntar o material, a gente pegava junto, uma turma boa e fazia os barraco de tábua, né! Pegava peça de travessão e metia o pau, uma parede aqui, outra ali, pegava o martelo e metia prego... pá-pá-pá-pá, a noite inteira isto, barulho direto, parecia guerra! Tiroteio mesmo! Aí quando eles chegavam de dia o barraco já tava ali, mas a gente botava o pessoal dentro, porque quando tinha família dentro ficava mais difícil de derrubar! Quem derrubava? A polícia. Nós num podia fazer nada se eles derrubavam, ficava só assistindo, mas aí eles viravam as costas e nós fazia outra vez. Pra não derrubar é que a gente botava logo uma família dentro do barraco.

O relato de seu Orestes evidencia as orquestrações coletivas entre moradores que possuem certo grau de organização e articulam estratégias de invasão com mutirões noturnos, instalando as famílias na madrugada para impedir a derrubada dos barracos pela polícia. Todavia, se para muitos, o que estava em jogo era a conquista de uma moradia, para outros, a invasão é motivada pela exploração econômica. Alguns moradores relataram a presença do que denominaram como "faveleiros", ou seja, pessoas que ficavam sabendo das invasões e se aproveitavam da situação para se apossarem dos terrenos e revendê-los posteriormente. Este foi o caso de um comerciante citado por seu Orestes.

13. Essa explicação é necessária, pois observamos uma nítida distinção no emprego das expressões invadir e ocupar segundo a faixa etária e o nível de conscientização política das gerações entrevistadas.

> Com a minha irmã Meala foi assim. O Oswaldo que era dono da padaria foi lá e marcou o pedaço pra ele invadir, mas ele já tinha outro pedaço e a minha irmã e o marido tavam sem barraco. Então juntou uma turma, a gente foi lá de noite, fez o barraco pra ela e de manhã ela entrou, quando o Oswaldo chegou ficou danado! E como ele queria o pedaço teve que comprar dela pra fazer a padaria! O caso é que ele marcou um pedaço muito grande pra fazer a padaria e ele já era comerciante lá na Baixa do Sapateiro, tava entrando no pedaço e minha irmã já morava aqui de aluguel e tava sem barraco. Então, ele pra entrar e fazer a padaria teve que pagar minha irmã que fez o barraco dela lá na área da entrada. A padaria dele tá lá até hoje, fez um prédio grande. Mas aqui foi tudo invadido. Os primeiros que chegaram, ninguém comprou nada aqui! Só depois que foi chegando outros e comprando as benfeitorias.

À medida que a notícia se espalhava, novos moradores iam chegando ou antigos tentavam retornar para conseguir moradia. Seu Florindo, antigo morador da Estrada da Itaoca, *ficou sabendo da invasão* quando morava na favela do Jacarezinho:

> Quando cheguei de Portugal em 1944, fiquei morando com meu tio ali em Olaria e trabalhava com ele na fábrica de móveis que ele tinha aqui na Itaoca, que ainda era caminho, não era estrada. Depois, fiquei morando na fábrica um tempo e de lá mudei pro Jacarezinho, nessa casa que eu comprei com o dinheiro que meu tio me pagou pelos anos de trabalho, seguramente uns 2 anos. Mas fiquei sabendo que o pessoal tava começando a invadir isso aqui e vim na esperança de pegar um lugarzinho pra mim. Quando cheguei de volta (1956), tinha pouca casa nesse pedaço, mas eu já num peguei o terreno vazio, já tinha um bocado de gente morando .Voltei lá, vendi a minha casa no Jacarezinho e vim pra cá! Então, o dinheiro que eu panhei lá, eu dei uma parte pro pessoal que tava aqui, porque eles já tinham invadido e eu cheguei depois! Era um barraquinho de madeira. Tinha uma janelinha de nada! Um buraquinho de luz. E o rapaz que morava aqui nesse terreno era nortista, mas ele queria sair daqui, ir embora, voltar pra terra dele. Então, negociei. Dei o dinheiro da passagem e ele me entregou o barraco. Ele invadiu isso aqui porque queria ir embora. Invadiu pra poder arrumar o dinheiro da passagem. Ele foi, eu fiquei!

A "invasão coletiva" do terreno do IAPC no Complexo do Alemão foi flagrada pelo jornal *Correio da Manhã*, em 1957. Segundo o jornal, contava com uma centena de barracos (A isso..., 1957). Na matéria, o jornal questionava a política habitacional do governo, pois estava sendo invadido um terreno do *Instituto dos Comerciários*, que supostamente deveria construir moradias para os trabalhadores. Outra matéria dizia que o governo estava incorrendo em "crime de omissão", pois consentia a invasão do terreno do IAPC, e a formação de mais uma favela, no local indicado como a "favela da Itaoca". A matéria dizia que 80% dos favelados, segundo Dom Helder Câmara, eram contribuintes dos institutos de previdência, a maioria do IAPC (Crime..., 1957). Na

ocasião, o prefeito da cidade, Negrão de Lima, publicou uma carta no mesmo jornal afirmando que estavam ocorrendo invasões com *extraordinária rapidez* na cidade.

Na época da invasão coletiva de Nova Brasília, as relações entre o governo e as favelas foram marcadas pela atuação da Cruzada São Sebastião, criada em 1955 e liderada pelo então bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara, e do Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (Serfha), criado em 1956. Ainda em 1956, foi promulgada a chamada "Lei das favelas" pelo presidente Juscelino Kubitscheck (Lei nº 2.875, de 19 de setembro de 1956), que, entre outras medidas, proibia remoções de favelas por um período de dois anos.

Entre 1957 e 1958, o IAPC conseguiu uma citação de despejo contra os moradores, que se organizaram sob a liderança de José Manoel da Silva – conhecido como Zé Cabo por ter sido cabo de polícia – e lutaram para permanecerem na área, buscando o apoio de vereadores, divulgando o conflito com o IAPC na imprensa e formando uma comissão de melhoramentos, que resultou na fundação da Associação de Moradores de Nova Brasília, em 1961, nos moldes propostos pelo Serfha, como veremos na próxima seção.

> Em 1957 houve uma ação de reintegração de posse do terreno do IAPC, citação de despejo. Arranjamos uma porção de ônibus, arrecadando 1 real de cada um (para organizar um protesto). Isso foi sanado, foi resolvido. Mas aí ninguém se mexia aqui no Estado. Funcionário do estado lá tem interesse em favelado? Aí partimos para a área política. Na câmara dos vereadores, primeiro era o Geraldo Moreira, que tomava conta das favelas. Ele tomava conta da favela do Jacarezinho. Mas ele era um cara rico, ele explorava. Aí apareceu esse vereador, Nelson José Salim, turco. E ele falou: eu vou lá fazer uma visita. Ele era redator do "O Dia" e "A Notícia". E interessava a ele ganhar nas próximas eleições, e ele ganhou mesmo. Aí que ele foi dando aquela cobertura no jornal.
>
> Em 1958, criamos uma "comissão pró-melhoramentos" da favela. Na época, era prefeito o Negrão de Lima, e eu tinha um conhecido que trabalhava na prefeitura e nós conseguimos formar a comissão de melhoramentos. Em 1961, foi a execução da ação. Aí era todo mundo na rua, não tinha para onde correr! Até que um dia nós marcamos com o presidente do colegiado do IAPC. Aí nós enchemos quatro ônibus e paramos na sede do IAPC. O presidente do colegiado se chamava Peri, e ele estava voltando de uma viagem do Recife onde tinha ido resolver uns problemas dos mocambos, igual ao nosso. E então ele propôs fazer um pacto, e deu cinco anos para nós ficarmos lá, que era o período da gestão dele. Três anos depois, nós fomos ao IAPC para ver como estava o caso, mas já tinha mudado a gestão, já tinham começado as melhorias na favela, e então eles falaram para deixar para lá que isso era coisa do passado (entrevista de José Manoel da Silva).

Observamos, portanto, que a invasão de Nova Brasília adquiriu um caráter coletivo e um sentido político, na medida em que o enfrentamento para permanecerem no local permitiu a formação de lideranças, a articulação com políticos para estabelecerem um diálogo com o Estado, formarem uma associação e conseguirem melhoramentos de infraestrutura para a favela. Em sua pesquisa, em 1969, Perlman destacava a capacidade de articulação associativa local perante as necessidades de mobilização coletiva (Perlman, 2002).

7 VENDAS DE "CAVA DE TERRA" PELAS ASSOCIAÇÕES

Com a criação das três primeiras associações de moradores do Complexo do Alemão, no início dos anos 1960, a ocupação passou a ser organizada, em parte, pelas associações. Este foi o caso do Centro Social Joaquim de Queiroz, na Grota, e da União para Defesa dos Moradores do Morro do Alemão (Udama). Dois novos núcleos surgidos na mesma época da criação da Associação de Moradores de Nova Brasília. Além de gerenciar questões referentes à infraestrutura local, a exemplo das comissões de água e de luz, essas associações passaram a regular a ocupação dos novos imigrantes que chegavam, cada vez em maior número, pelas vendas de "cavas de terra".

Nos primeiros anos da gestão de Lacerda (1961-1962), em um movimento capitaneado por José Arthur Rios, o governo passou a estimular e orientar a criação de associações de moradores de favelas de maneira mais sistemática. A proposta de Rios era criar *canais institucionais na relação governo-favela*, onde a prefeitura pudesse realizar contratos e, inclusive, repassar recursos para as associações desenvolverem determinadas ações (Silva, 2005).

No caso da favela Nova Brasília, o Serfha realizou um "contrato" com a associação de moradores recém-criada, em 1961, cujos termos revelam que a prefeitura reconhecia o "direito" de moradia dos favelados e prometia combater qualquer forma de cobrança indevida de taxas e aluguéis. Além disso, estimulava ações de "melhorias" na favela pelos "mutirões", que neste caso se caracterizavam como práticas constitutivas de sua formação. Por seu turno, todas as ações das associações deveriam ser "autorizadas" pelo Serfha, que exigia que a associação colaborasse com os programas governamentais para a área, inclusive "para impedir a construção de novos barracos" e ajudar a "localizar (*ou assentar*) moradores de favelas removidas".

De acordo com relatos de moradores, as associações, de fato, atuaram no sentido de "regular", ainda que minimamente, a ocupação da área, impedindo, por exemplo, que fossem construídas casas no meio dos caminhos e das ruas. Em Nova Brasília, esse papel era desempenhado pelo presidente da associação, Zé Cabo, de acordo com o relato de seu Florindo.

> Aqui, minha santa, quando eu vim praqui, isso aqui era péssimo. Péssimo, mas depois entrou um cidadão aí que era polícia militar e tinha muito acesso ao seu Chagas Freitas. Quer dizer, ele foi cavando e chegou lá no palácio! Ele conseguiu muita coisa aqui pra dentro. Organizou o pessoal, fez arruamento. Na época que começou a invasão, ficou tudo muito confuso, era uma bagunça de casa ali, casa aqui, mas ele foi pondo ordem! Pra fazer o arruamento, ele chegou pro pessoal que tinha comércio, reuniu todo mundo e pediu um tanto, tocou 25 mil reis pra cada um, eu acho. Aí ele pegou o dinheiro todo, comprou o material, o pessoal se organizou e colocaram paralelepípedo, com meio fio e tudo! Colocou água também! Mas era água nas ruas, não nas casas! Quem quisesse puxar água pra dentro de casa tinha que pagar uma taxa pro Zé Cabo poder fazer a ligação! Eu mesmo fui um que paguei essa taxa.

De acordo com seu Coutinho, na favela da Grota, o presidente da associação, Teófilo, que era guarda municipal, também tentava organizar a ocupação:

> Outros davam a ordem de fazer casa no meio da rua, e perto da associação mermo ali, ele (Teófilo, presidente do Centro social Joaquim de Queiróz) ia lá com a marreta, chamava e derrubava! Que num podia fazer no meio da rua, eles queria fazer casa no meio da rua. Porque falava que num tinha dono, eles fazia onde queria. Mas seu Teófilo não! Tem que ser aqui! Mostrava onde. Eles queria fazer num lugar bom.

Alguns moradores afirmam, inclusive, que Teófilo foi assassinado por insistir na organização do espaço urbano da favela. Por sua vez, os depoimentos de ex-dirigentes de associações revelam que houve venda de "cavas de terra", ou seja, terrenos "cavados" nas encostas dos morros, pelas associações. O Centro Social Joaquim de Queiróz, segundo depoimento a seguir, vendia cavas de terras.

> Essa ocupação aqui de dentro começou com o falecido Teófilo que foi o fundador do Centro Social Joaquim de Queiroz, hoje é a associação da Grota. Então, quando começou a ocupação? Foi mais ou menos assim. Falecido Teófilo, ele chamou alguns moradores antigos. Eu acredito que no caso o Hermenegildo, seu Dodô. E outros né? Seu Graciano, que tem até um local chamado Largo do Graciano, né? Então, com certeza, imagino que ele chamou essas pessoas que eram os primeiros morador da área e agora, começaram o que? A lotear. Oh, nós vamos fazer as cavas e vamos vender para as pessoas que querem construir seu barraco. E aí eles fizeram uma

> associação, que era o centro social pra organizar (...) sei que parte desse dinheiro ia pra associação e ela organizava o povo que ia chegando pra não fazer casa no meio da passagem. (...) E então foi assim. De dentro da Grota pra fora. Ele fazia aquelas cava no morro e vendia pras pessoas (...) dois reais, três reais. De acordo com a situação financeira do morador.

Segundo o depoimento a seguir, o recurso dessas vendas ia para um fundo associativo.

> Conforme eu te disse, a associação precisava de dinheiro pra tocar as coisas. Então nós vendia a cava pro povo que tava chegando. A cava era assim: dois metros pra lá e dois pra cá. Aí formava uma área, vamos dizer de 10 metros, 12 metros. Fazia um cômodo e nego se escondia ali. Assim é que foi pro pessoal se acomodar e pra associação se arrumar. A associação vendia a cava de terra. É, da terra! Passava. Isso aí a gente num era dono. Dono era o governo, era um alguém. Mas como nós registramos a associação em cartório, em tudo, então, na época fez uma reunião. Essa área todinha, até uns certos tempos de fora aqui. Aí, então, nós começamos fazer isso através de sobreviver.

O procedimento da venda de cavas na Joaquim de Queiroz durou até os anos 1970. No início da década de 1960, na gestão de Carlos Lacerda, como governador do Estado da Guanabara, foram realizadas obras em determinadas favelas, sobretudo de adução de água e pavimentação, cuja execução esteve a cargo da Fundação Leão XIII. Este projeto era *complementar* à política de remoções de favelas e construção de conjuntos habitacionais, levada a cabo pelo então governador, esta sim a "vitrine" de sua política habitacional. Não obstante, Lacerda chegou a afirmar em discurso, que os terrenos dos institutos de previdência ocupados por favelas deveriam ser cedidos ao Estado, caso contrário, seriam "ocupados com o apoio do estado" sempre que pudessem servir para urbanização de favelas (Lacerda, 1964).

No Complexo do Alemão, além de bicas de água, foram construídas as bases para o sistema de adução de água durante o governo de Lacerda, pelas cisternas, bombas de recalque e redes de distribuição (Rio de Janeiro, 1983). O serviço de abastecimento de água passou a ser gerido pelas associações de moradores que se firmaram, a partir de então, como instituições centrais para as favelas do Complexo.

8 MÚLTIPLAS CONFIGURAÇÕES DA FORMA DE MORADIA

A ocupação do Morro do Alemão e da Grota como "favela" parece ter ocorrido *passo a passo* e não *da noite para o dia*, como no caso da favela de Nova Brasília. Muito provavelmente porque a configuração fundiária desta área era bem mais complexa. Enquanto

a maior parte das terras de Nova Brasília pertencia ao IAPC, no Morro do Alemão; a maior parte das glebas pertencia aos herdeiros da família Veiga, outras ao IAPC, outras ainda, mais próximas do topo do morro, aos familiares do antigo proprietário Leonard Kacsmarkiewcz, mais conhecido como alemão.

Nas encostas da Grota, distintos proprietários se confrontavam. Na margem direita da Joaquim de Queiroz, algumas glebas de terra de sua entrada pertenciam à família Veiga, ao passo que outras menos extensas pertenciam ao IAPC. Avançando para o seu interior, havia a propriedade de Joaquim Leandro da Motta onde, conforme explicamos anteriormente, existiam chácaras para o aluguel de chão. A propriedade de Domingos Fernandes Lopes também ficava nesta margem direita e fazia divisa com a de Leandro da Motta. Uma grande extensão da margem esquerda pertencia à antiga Fazenda da Camarinha, portanto, aos herdeiros da família Veiga. Em sua continuidade estas glebas de terra faziam fronteira com o que fora a propriedade da família Campos da Paz. Portanto uma configuração complexa para os novos moradores, que só sabiam da existência de proprietários pelos antigos empregados e arrendatários.

8.1 Morro do Alemão

Entre os proprietários, Kacsmarkiewcz era o único que morava nas proximidades do morro e talvez por isso tenha se tornado uma presença simbólica para os moradores. Leonardo, seu neto, nos contou que o avô fiscalizava as terras de luneta.

> Os mais antigos falam que ele defendia o que era dele com unhas e dentes! Então, ali ninguém entrava. Ele fiscalizava tudo e os filhos tinham que ajudar. Depois que ele ficou mais velho e não conseguia andar pelo morro arrumou um tripé e colocou uma luneta pra fiscalizar o que era dele. Com a luneta ele olhava o morro todo! E onde ele morava, que era ali na Rua Paranhos, dava pra ver tudo mesmo. Ele fiscalizava tudo com essa luneta! Da casa dele, ele administrava tudo pra ninguém invadir, entende! Depois que ele morreu os filhos fiscalizavam.[14]

Com a morte do avô, seus familiares assumiram a cobrança dos aluguéis de chão, mas, segundo Leonardo, o início das invasões nos anos 1950, fez com que a família procurasse vender os lotes da parte alta. Segundo seu Paulinho, que nasceu no topo do Alemão em 1952, a venda dos lotes do "alemão", foi intermediada por um antigo morador.

14. Ver Medrado e Carneiro (2010).

> Nasci a três casas dessa daqui, pra cima. Meu pai era mineiro, minha mãe era pernambucana. Por volta dos anos 1960, começaram a lotear essa parte aqui, aí meu pai comprou esse terreno. Quem começou a vender os terrenos, era o seu Paulo. Porque esse complexo aqui era de um polonês e esse seu Paulo era um dos moradores antigos e tinha um relacionamento muito forte com os descendente desse seu polonês, só que eles morava lá pra baixo, então eles deixou por conta do seu Paulo fazer o loteamento da fazenda. Aí seu Paulo loteou o terreno foi vendendo e meu pai comprou. Só que é posse, nós não temos título algum. Então, nós somos tudo posseiro porque as coisas tudo vem no nome desse polonês Leonardo porque num foi passado o proprietário. Eu até cheguei a procurar, até fui na prefeitura pra tentar registrar como propriedade isso aqui! Mas o que aconteceu? Lá, eles não me deram posse. Eles disseram que isso aqui tem registro de propriedade no nome desse polonês e só se ele mesmo passasse a propriedade para o meu nome.

Não conseguimos confirmar se o antigo morador mencionado por seu Paulinho tinha alguma autorização para vender os lotes da família do polonês, mas ao que tudo indica fez negociações em nome da família por um longo período. Seu Altivo e dona Cota afirmaram que quando foram morar, em 1970, no alto do morro do Alemão, pagavam aluguel de chão para o citado Paulo.

> Isso aqui foi do Alemão antigo. Que é morro do Alemão, por causa que aqui era uma fazenda. Aí foram habitando, foram habitando e o fazendeiro morreu. Ficaram comandando aí. Tem uns mais sabidos, né!? Tinha um tal, que alugou casa pros outros. Como é que chamava? Paulo. Ele alugava casa aí, que parecia que ele que era dono, mas era nada. Ele que tomou a frente, né! Eu mesmo cortei dobrado com ele. A casa tinha caído já, ele alugava o terreno, num deixava a casa. Que era casa antiga. Nem tinha mais casa não, já tinha caído já. *Ele alugava aquele lugar, o chão né, pra gente fazer a casa nova e ficava pagando ele por mês o pedaço de chão! Pagava ele por mês. Se não pagasse, ele vinha cobrar.* Paguei o aluguel do chão, fui pagando. Depois ele mesmo disse, já é seu. Eu paguei bastante tempo! Paguei! 50 merreis por mês. Era cruzeiro ainda (grifo nosso).

Também constatamos que as invasões no morro do Alemão tiveram início nos anos 1950. Seu Zé, que chegou ao Alemão em 1954, relata que trabalhava na construção do aeroporto do Galeão, morava em uma favela na Ilha do Governador, e "ficou sabendo" da invasão do Morro.

> Vim pra cá com dois anos que eu tava aqui no Rio. Então isso foi em 1954, vim porque de lá pra cá tinha uns cara que morava aqui e ia pra lá, pra trabalhar lá no aeroporto e eles me falaram daqui do Alemão, que tava começando a invasão e tinha lugar pra se ajeitar por aqui. Era pouca gente, umas casas salteada, distante uma das outra, tudo no topo do morro. Aí tava invadindo isso aqui. A baixa do Sapateiro também tavam invadindo naquela época. Me chamaram pra cá, aí eu vim.

> Fiquei morando ali em cima num quartinho. Quem já morava aqui, que eu me lembre, do povo da minha terra era a Berê, o Batista, o Noel. *Não tinha favela aqui, nós é que invadimos!* Tinha os terrenos que eram de quem é até hoje, dos parentes. Era do alemão, era do seu Joaquim Matinada, era do Leonardo. Por ali você vê que as casas são todas velhas. É tanto que eu tenho a divisa aqui, por trás desses barracos tem a divisa, é um território. *Pra* cá é a favela, pra lá chama *"os terrenos particular". E tem a cerca dividindo* (grifo nosso).

Conforme atesta o depoimento de seu Zé, os primeiros moradores tinham mais conhecimento da existência de proprietários, embora na maioria das vezes não soubessem ao certo o que era de quem. Nos relatos sobre o processo inicial de ocupação do morro, vigias, guardas noturnos e fiscais que tentavam impedir as construções são frequentemente mencionados. Dona Almerinda foi morar no morro em 1954 e nos contou que foi alertada por um "fiscal", em sua interpretação, provavelmente vinculado ao estado, para não pagar o aluguel de seu barraco, ao suposto dono, que havia construído em terras alheias.

> Um dia chegou um fiscal aqui que eles rondava tudo e disse: dona Almerinda, a senhora é da onde? Aí eu falei: eu sou de Minas. A senhora ganhou esse barraco ou comprou? Falei assim: eu pago aluguel. Ai ele viro assim: E quem falou, quem mandou a senhora paga aluguel? Eu falei: O dono. Ele foi e falou: Olha, a senhora não paga mais aluguel ai não que aqui ninguém pode alugar casa. Acho que ele era do governo. Ele tava com uma pasta grande, todo de terno azul de cazemira, de blusão branco. Tava sozinho, subiu o morro e falou bem assim, a senhora não paga mais nada não. Quando for mês que vem eu vou passar aqui de novo. Quem alugou pra senhora não podia fazer isto porque ele num comprou o terreno aqui como é que ele vai vender ou alugar? Falou isto mas não passou mais aqui.

Dona Almerinda continuou alugando o barraco e assim que teve oportunidade comprou um casebre no mesmo lugar a modicas prestações. Segundo seu Zé, os enfrentamentos entre vigias e moradores eram frequentes: "Nós marcava o barraco de dia, de noite os guarda noturno vinha e derrubava. Eles ficavam andando por aí, quando eles saía, nós marcava de novo. Aí foi indo, ficou desse jeito".

Embora soubessem da existência de proprietários, por intermédio da presença de vigias, ao que tudo indica, os novos moradores tinham certa dificuldade para distinguir a veracidade dos representantes dos proprietários na localidade, o que pertencia a quem e o que era permitido como construção no morro. Em seu relato, Solange, filha de seu Severino Gomes, que foi morar no morro do Alemão, em 1952, traduz muito bem a situação vivenciada pela família.

> Quando meu pai começou a construir lá em cima, aqui, tinha uma pessoa que era paga pra dá uma vigiada no local. Tinha um dono, mas ele não morava aqui, morava em Copacabana e largou isso aqui. Então tinha uma pessoa que tomava conta. Mas ninguém sabia direito quem era aquela pessoa. Era como se fosse um olheiro do lugar. Chamavam ele de guarda, mas guarda mesmo ninguém sabe se era ou não. Quando meu pai começou a construir, num feriado, vieram aqui e falaram: seu Severino, derruba porque não pode. Até fazer um barraquinho tudo bem, mas tijolo nem pensar. Porque tem dono! Depois, amanhã ou depois, você vai querer legalizar isso aí, num vai poder.

Ao ser impedido pelo vigia de fazer as melhorias pretendidas em sua moradia e substituir a madeira por tijolo, seu Severino não se deu por vencido. Após muitas sondagens e averiguações, decidiu procurar diretamente a proprietária, que descobriu ser Mariazinha Veiga, com o intuito de pedir autorização para fazer as melhorias em seu barraco. Segundo seu Severino, após muita insistência de sua parte, a proprietária acabou por consentir as melhorias e os guardas nunca mais o perturbaram, muito embora tenham continuado a tentar impedir a construção de outros barracos. A situação narrada é bastante peculiar porque aponta para a ambiguidade de atitudes da proprietária que adota uma coerência particularizada perante as situações de invasão.

Segundo os moradores mais antigos, a estratégia de ocupação das partes altas do morro que implicavam menor visibilidade, perdurou até os anos 1960, quando os barracos começaram a descer as encostas em direção ao então Caminho de Itararé. Zé Mineiro, que migrou para o Rio de janeiro, em busca de melhores oportunidades de trabalho em 1958 e foi morar no morar no Morro do Alemão em casa de parentes, se recorda muito bem da transformação na morfologia do lugar.

> A ocupação que eu tenho mais conhecimento foi a do Alemão! Do ponto Cego pra baixo até o Itararé. Ali as pessoas começaram a invadir pra época de 1960, entendeu. Apareceu um tal de Arnaldo, lá do asfalto, num sei de onde ele era, então ele começou a incentivar o pessoal a fazer ali os barracos. Mas tinha que dá um dinheiro pra ele também! Porque sempre tem um que se mete a besta e diz que é o dono do pedaço. De modo que ali no começo pra entrar tinha que pagar pra ele, esse tal de Arnaldo. Então, o que acontecia? A pessoa construía de dia, a polícia vinha e derrubava. Construía, a polícia derrubava. Então, o que as pessoas começaram a fazer? Que nem o pessoal lá de Nova Brasília fez. Construía de noite e de dia entrava pra dentro. Botava a família, as coisinha que tinha, botava lá dentro. Aí chegava, eles num derrubava mais que já tinha gente morando! A invasão ali foi assim até o final. Aí encheu, né? Aquilo ali depois que engrossou a ocupação esse tal de Arnaldo sumiu.

Sendo assim, a ocupação da parte baixa do Alemão foi em parte orquestrada por uma pessoa, que morava no asfalto e incentivava a invasão, desde que os novos moradores lhe pagassem uma quantia, ou seja, ele vendia lotes como se fosse o "dono do pedaço". Ao longo da pesquisa, outros donos desse mesmo pedaço ou áreas contíguas foram apontados. De acordo com o depoimento de seu Zé, os baixios do Morro, pertencentes à família Veiga, foram vendidos por alguém que "marcou os terrenos" e os vendeu em proveito próprio.

> Dessa curva aqui pra baixo. Ali! Tudo era mato! E aí foi vindo. Sabe como que é a coisa. Até hoje mesmo, se tiver um terreno desocupado, nego entra logo. Toma o espaço. Porque naquela época tinha um respeito assim, dizia que isso aqui era dos Veiga, ninguém podia invadir. Ali no pé do morro, dizia que era dos Veiga. E nem nunca apareceu esse tal de Veiga, depois invadiram e ficou por isso mesmo. Tinha um tal de Curió, Zé da Feira, aí, ele foi dono todinho daquele lado ali, onde eu tenho uma casa. Foi vendendo por 2 real, 3, o caramba a quatro. Ele marcou! Ele botava uma cerca de lado, dizia que era meu, pronto! E pra vender! Aí ocupou, aí foi vendendo pra um, pra outro, caramba a quatro. Hoje tem lá mais ou menos, 20 casa ou 30, né!? Então é ali, é tudo do Zé da Feira. Começava na área de Manoel Felipe. Daquele bar que tem pra baixo. Dali pra baixo. Ali era de Zé da Feira e tinha um mandiocal ali onde era do Vicente Glauber, morreu também.

Por seu turno, constatamos que os proprietários venderam alguns lotes na área. Segundo uma compradora de lotes, quando começaram as invasões, seu marido – que à época era dono de um botequim no entroncamento da Avenida Itararé com Joaquim de Queiroz – foi procurado pelo proprietário das terras invadidas.

> A história das invasões aqui na parte debaixo começou lá pra 1964, 1965. Foi quando o doutor Veiga procurou meu marido e ofereceu o lote pra gente. Apavorou, correu lá no botequim e propôs pro meu marido de comprar. O doutor Veiga entrou e derrubou os barracos e depois nós compramos porque ele cercou o terreno e botou gente pra vigiar até ficar tudo acertado, mas daí o terreno a ser nosso com escritura na prefeitura, isto levou muito anos! Não sei o nome dele não, porque eram muitos Veigas, vários herdeiros, não era um Veiga só! A terra deles ia até a Canitar! E eles fizeram vários lotes, lotearam as terras entendeu? Quando ele viu que tavam invandindo ficou de cima do meu marido pra ele comprar. Só que deu uma complicação danada! Porque o terreno ainda estava em inventário, nós pagamos pra ele, passado um tempo ele morreu, nós já tínhamos quatro casinhas no terreno, não queríamos perder o investimento, tivemos que pagar um bocado de novo, botar advogado, quatro advogados e só um bocado de tempo depois é que conseguimos a escritura!

De fato, de acordo com a documentação pesquisada na prefeitura, somente nos anos 1980, os novos donos da referida área conseguiram regularizar a documentação e adquiriram o título de proprietários.

8.2 Grota

Na favela da Grota, antigos moradores que ocupavam pequenas chácaras também acabaram fracionando as propriedades para vender "lotes", ou cedendo terrenos para familiares e amigos. Esse tipo de *desmembramento* de antigas chácaras é descrito por seu Nilton, antigo morador da Grota, apresentado anteriormente.

> Sou filho daqui e igual tô aqui, até hoje! Aqui criei filho, aqui criei neto! Mora tudo comigo! Tem quatro casas no meu pedaço, dei uma casa pra cada um! O terreno não é nem metade do que era, é só um pedacinho do terreno, porque o terreno todo era muita terra! Meu pai plantava muito ali! *Aí minha mãe foi dando pros outros, foi vendendo. Cada pedaço 20 mil réis, 30. Foi vendendo. Porque o povo chegava e pedia: a senhora podia me vender um pedacinho? Eu vendo, mas isso aqui num é meu não, hein? Tá avisado, num é meu, tem dono! Eu sou somente responsável por aqui. Aí, depois minha mãe mandou cercar o pedaço que a gente ficou, o resto deixou pra* lá e o pessoal invadiram (grifo nosso).

Também ocorreram, na Grota, "invasões individuais", como no exemplo a seguir, relatado por Vadinho:

> *Tinha vários pedaços lá em cima pra fazer barraco aqui. Onde quisesse, mas ali pra cima*. E eu falo porque eu mesmo cheguei a fazer um barraco aqui! Entendeu? Achei aquela mina lá em cima e fiz um barraco lá. *Depois que chegasse e armasse o barraco, o dono era você* (grifo nosso).

Ao mesmo tempo, ocorreram situações onde o morador deparava-se com mais de um "dono do pedaço", o proprietário que queria cobrar o aluguel do chão, e o sujeito que tinha vendido o lote ou a "cava de terra". Essa situação é exemplificada no depoimento de seu Coutinho, que comprou uma "benfeitoria" na Grota, mas depois surgiu alguém para cobrar aluguel de chão.

> *Bem depois que eu comprei a benfeitoria de Seu Teófilo, me apareceu um rapaz aqui dizendo que era sobrinho do senhor acho que, Manoel da Veiga, num é!? Esse, ele inclusive morava lá em Santa Teresa. E ele especificou uma espécie de um pagamento mensal pela ocupação, um aluguel do terreno. Um aluguel do chão onde eu tinha comprado a benfeitoria feita pelo seu Teófilo.* E, até então, eu

> conversei com esse advogado que era meu amigo. Ele falou assim: Oh, Coutinho, já que você tá morando, você paga! Se for uma coisa que tiver dentro da sua possibilidade, você aceita. *E eu passei a contribuir. Tanto que eu contribui, acho que, seis ou sete meses, num sei! E depois esse rapaz sumiu! E ele era sobrinho do Manoel da Veiga? Dizia, né!?* Nós até então, nós conhecíamos através de falar isso ou aquilo, mas pessoalmente num conhecia ninguém! Antes, ninguém nunca tinha aparecido! Apareceu esse que, bom, pega um pouquinho daqui, um pouquinho dali. Eu faço o meu bocado, né!? Sei que ele fez a cobrança para várias pessoas e os moradores pagavam, né? (grifo nosso).

Constatamos, portanto, que o processo de ocupação do Morro do Alemão e da Grota, bem distante das mobilizações coletivas que caracterizaram a fundação de Nova Brasília, parece ter sido regido por distintas formas de fixação que incluem a *venda de lotes pelos proprietários, a venda de lotes invadidos, o aluguel de barracos, a venda de posse*, o aluguel de chão e a *invasão Individual, numa área de propriedades que se fragmentam em glebas particulares e públicas, cujas fronteiras são nebulosamente conhecidas pelos novos moradores.*

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, procuramos demonstrar a complexidade do repertório relativo aos modos de fixação de moradia, por meio dos relatos de antigos moradores residentes nos primeiros focos de ocupação da área que engloba o atual Complexo do Alemão. A evolução do processo de ocupação identificado aponta para diferentes formas de fixação, que ultrapassam o composto triangular *compra, aluguel e invasão*, como recursos para o acesso à moradia. Estas formas envolvem, como atores principais, os proprietários privados, as instituições do Estado, os moradores, e o que neste texto denominamos *atores difusos*.

A análise das narrativas permite redimensionar a participação e responsabilidade efetiva, tanto do setor privado, neste caso, representado pelos proprietários rurais locais, que disseminaram e perpetuaram a prática do aluguel de chão, quanto do Estado, que na situação apresentada, figurava institucionalmente pelo IAPC e seus agentes, que cultivavam *práticas relacionais* para a concessão da moradia (Da Matta, 1997). Deste modo, a origem dessas favelas não é decorrente de *invasões de terrenos*. Pelo contrário, as invasões, que de fato ocorreram, segundo as narrativas, são decorrentes de outros processos que as antecederam.

No caso de Nova Brasília, decorrente do povoamento dos morros do entorno pertencentes ao IAPC, houve mobilização coletiva que gerou uma organização política, em consonância com outros movimentos por moradia que recorreram à invasão em meados da década de 1950. No início da década de 1960, com a formação da associação de moradores incentivada pelo Serfha, as lideranças locais passaram a atuar em parceria com o governo que, por um lado, introduziu serviços urbanos básicos e, por outro lado, pretendia exercer o *controle* da fixação de moradias, por meio da Fundação Leão XIII. Não obstante, as associações de moradores atuaram de forma autônoma, a exemplo do Centro Social Joaquim de Queiróz, que passou a vender "cavas de terra".

O surgimento de novos imigrantes, que chegavam às favelas com a ajuda de parentes e conterrâneos, estimulados ainda pelo crescimento da oferta de empregos nas indústrias do entorno, levou ao adensamento populacional da área e gerou novas configurações de moradia. Nas áreas do Morro do Alemão e da Grota – e outras áreas onde existiam glebas de terras com delimitações imprecisas, de diferentes proprietários, desconhecidos da maior parte dos moradores –, surgiram os que chamamos "atores difusos". Estes atuaram como "intermediários" entre proprietários e moradores, em alguns casos, se identificando como representantes dos proprietários, em outros, como "donos" dos terrenos. Entre os "atores difusos", identificamos os "faveleiros", descritos pelos moradores como pessoas que invadiram para vender a terceiros ou realizar algum negócio. Note-se que a maioria dos moradores entrevistados para esta pesquisa e que estão na região há várias décadas não se reconhecem como "invasores", porque alegam que chegaram na região do Complexo para morar em casa de parentes e/ou amigos, ou alugaram uma casa, para posteriormente comprarem um lote e construírem suas moradias.

Os processos que tratamos neste estudo referem-se a acontecimentos que ocorreram até os anos 1970. Depois desse período, toda a parte oeste (mapa 2) do atual Complexo do Alemão foi incorporada ao conjunto de favelas. Nestas áreas, pelo o que apuramos até o momento, houve um "loteamento clandestino", em meados dos anos 1970, com traços de "favela-loteamento", como tratado por Lago (2003). No Morro da Baiana, houve uma invasão coletiva liderada pela Federação de Favelas do Rio de Janeiro (Faferj) e pela Pastoral de Favelas, no início dos anos 1980.

Atualmente, novos moradores que chegam ao Complexo do Alemão conseguem alugar ou comprar um imóvel no mercado imobiliário local, com a participação das associações de moradores como mediadoras nos atos de compra e venda. As associações

exercem uma espécie de "função cartorial", na medida em que atuam como testemunhas nos atos de compra, venda e aluguel de imóveis para, segundo a explicação das lideranças locais, mediarem possíveis conflitos entre locadores e locatários, vendedores e compradores. Vale ressaltar que, no período recente, continuaram ocorrendo invasões, agora de antigos galpões industriais abandonados.

REFERÊNCIAS

A ISSO chamam assistência da previdência social. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 25 ago. 1957.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

BRASIL. Ata de fundação da Irmandade N. S. das Neves em Paula Mattos. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, p. 4838-4839, 22 jun. 1907.

BRIGGS, A. O conceito de lugar. *In:* INSTITUTO SMITHSONIANO. **A humanização do meio ambiente**. Simpósio do Instituto Smithsoniano, São Paulo: Cultrix, 1972.

COUTO, P.; RODRIGUES. R. Memória em perspectiva: modos de ocupação e acesso à moradia no Complexo do Alemão. *In*: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 10., Argentina, Córdoba, 2013.

CRIME de omissão, cada dia maiores e mais numerosas as favelas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 8 set. 1957.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DURKHEIM, E.; MAUS, M. Essai sur quelque formes primitives de classification. **L'Année Sociologique**, Paris, n. 6, p. 1-72, 1901-1902.

ELIAS, N.; SCOTSON, L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FRAIHA, S. **Bairros do Rio**: Ramos, Olaria e Penha. Rio de Janeiro: Fraiha, 2004.

GEERTZ, C. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. *In*: **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Brasília, 2010.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **História das favelas do Complexo do Alemão**: relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro: Ipea/Faperj, mar. 2013.

IPP – INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO PEREIRA PASSOS. **Mapa digital do Rio de Janeiro**. Base Geo-Web, [s. d.]. Acesso em: ago. 2013.

LACERDA, C. **O poder das ideias**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1964.

LAGO, L. Favela-loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana. **Cadernos Metrópole**, n. 9, p. 119-133, 2003. Disponível em: <http://goo.gl/IfXQbK>. Acesso em: 25 jun. 2015.

MEDRADO, A.; CARNEIRO, F. **Complexo do Alemão, cidade em construção**. Brasília: Ipea, 2010. DVD.

MOURA, V. **Esboço de um plano para estudo e solução do problema das favelas**. Rio de Janeiro: Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação, Código VT/MS19390207, 1940.

PERLMAN, J. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. **Projeto de desenvolvimento social de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1983.

_____. Secretaria Municipal de Habitação. **Plano de desenvolvimento urbanístico do Complexo do Morro do Alemão**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2004.

RODRIGUES, R. **Os parques proletários e os subúrbios do Rio de Janeiro**: aspectos da política governamental para as favelas entre 1930-1960. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 2016). Disponível em: <http://goo.gl/Qy1PNs>.

SILVA, M. **Favelas cariocas 1930-1964**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VAZ, L. **Modernidade e moradia**: habitação coletiva no Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão
Everson da Silva Moura
Reginaldo da Silva Domingos

Revisão
Ângela Pereira da Silva de Oliveira
Clícia Silveira Rodrigues
Idalina Barbara de Castro
Leonardo Moreira Vallejo
Marcelo Araujo de Sales Aguiar
Marco Aurélio Dias Pires
Olavo Mesquita de Carvalho
Regina Marta de Aguiar
Erika Adami Santos Peixoto (estagiária)
Laryssa Vitória Santana (estagiária)
Pedro Henrique Ximendes Aragão (estagiário)
Thayles Moura dos Santos (estagiária)

Editoração
Bernar José Vieira
Cristiano Ferreira de Araújo
Daniella Silva Nogueira
Danilo Leite de Macedo Tavares
Diego André Souza Santos
Jeovah Herculano Szervinsk Junior
Leonardo Hideki Higa

Capa
Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico
Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Brasília-DF

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ISSN 1415-4765

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ministério do Planejamento

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA